

O CAOS NA PREVIDÊNCIA: DE QUEM A CULPA?

VER PÁG. 16

O ENCONTRO NACIONAL DE DIRIGENTES DELEGADOS SINDICAIS E C.Ts.

VER PÁG. 6 e 7

FALTA DE TACTO POLÍTICO-SOCIAL

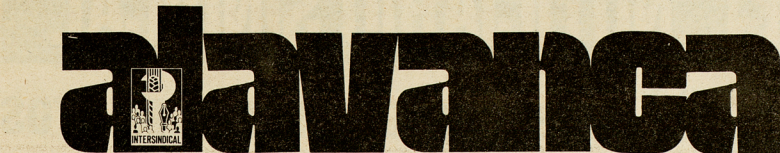
Na sequência da decisão tomada por unanimidade, durante o Encontro Nacional de Direcções dos Sindicatos Metalúrgicos Portugueses, a Federação Nacional dos Sindicatos Metalúrgicos solicitou, em 23-9-76, ao Primeiro-Ministro, "uma entrevista tão urgente quanto a gravidade e importância dos problemas a tratar impõem".

"Essa entrevista destinou-se a abordar problemas que afectam os trabalhadores da metalurgia e metalomecânica de todo o País e que ameaçam paralisar mais de duzentos mil trabalhadores, se o Governo continuar a não assumir as suas responsabilidades".

Não tendo sido levada em conta a urgência, a gravidade e a importância dos problemas a tratar, só mais de um mês após esta correctíssima solicitação de entrevista ao Primeiro-Ministro a Federação dos Metalúrgicos recebeu, do "Gabinete de Sua Excelência o Primeiro-Ministro", e assinado pelo "Adjunto para as Relações de Trabalho", um officio em que é informada "que a audiência está marcada para o próximo dia 8, às 11 horas, sendo recebida pelo signatário".

Desta maneira, "Sua Excelência, o Primeiro-Ministro", parece querer significar que não pode perder tempo com bagatelas...

Receber os dirigentes sindicais de



UNIDADE NA ACÇÃO — A FORÇA DOS TRABALHADORES

Preço 5500



uma das principais Federações de Trabalhadores do País não parece ser assunto que possa sensibilizar de tal maneira o Primeiro-Ministro que o leve a perder o seu tempo. Será assim? Se não é, parece...

CONTROLO OPERÁRIO

O Controlo Operário tem contribuído para reforçar a nossa intervenção e o conhecimento da vida da empresa, no sentido de defender as condições de vida e de trabalho, garantir o emprego, os salários e o cumprimento dos contratos colectivos, contribuir para manter a laboração das empresas e a defesa da economia nacional contra a sabotagem económica.

O Controlo Operário tem alargado o seu âmbito aos sectores económicos, através de comissões coordenadoras cujo reforço é uma direcção de trabalho importante, pelo contributo que pode trazer para a nossa intervenção activa nas transformações económicas, e na planificação.

O reconhecimento do direito constitucional ao controlo de gestão nas empresas e à participação na elaboração dos planos económico-sociais nos sectores, à participação na planificação democrática da economia à participação na elaboração da legislação de trabalho e ao controlo e à participação na segurança social, é uma consagração da justiça da nossa

luta e abre perspectivas para o reforço da intervenção dos trabalhadores a todos os níveis.

A ofensiva das forças reacconárias contra a Constituição e os direitos dos trabalhadores, as tentativas de recuperação capitalista e o anúncio pelo Governo, já concretizado em alguns casos, de legislação contrária aos interesses dos trabalhadores, reforça a necessidade de desenvolver alargado nos locais de trabalho as nossas conquistas, nomeadamente o Controlo Operário, para combater com firmeza os nossos inimigos de classe.

Apesar dos resultados positivos alcançados, nomeadamente no que se refere ao reforço da unidade e da organização e à elevação do nível de consciência, verificam-se problemas e deficiências quanto ao Controlo Operário cuja análise crítica é necessário para os ultrapassar.

No campo legislativo, a aprovação dum lei na Assembleia da República que garante o exercício dos direitos reconhecidos na Constituição impõe-se para alargarmos a nível de empresas e regiões o Controlo Operário.

Para os trabalhadores portugueses, e para as suas organizações é fundamental o conhecimento do seu conteúdo especialmente no que toca a direito, liberdade e garantias.

Numa análise sintética desta matéria, e considerando um dos princípios fundamentais (art. 9.º), que são tarefas fundamentais do Estado "Socializar os meios de produção e a riqueza através de formas adequadas às características do presente período histórico, criar as condições que permitam promover o bem-estar e a qualidade de vida do povo, especialmente das classes trabalhadoras e abolir a exploração e a opressão do homem pelo homem", existem alguns aspectos que para os trabalhadores são vitais:

• Direito ao trabalho e consequente direitos dos trabalhadores (art. 51.º

e 53.º), as obrigações do Estado perante estes dois direitos (art. 52.º e 54.º), Direito a Segurança Social e Saúde (art. 63.º e 64.º), Habitação (art. 65.º), com exigência do Estado reconhecer, promover e garantir a democratização do ensino e da cultura que vise beneficiar especialmente a juventude e as classes trabalhadoras, para além da adopção de uma política de 3.ª idade que garanta a segurança económica das pessoas idosas. Fundamentais são também o direito à greve, comissões de trabalhadores, liberdade sindical, proibição do lock-out, participação na legislação, no controlo de execução dos planos económico-sociais, controlo operário etc.

De registar que os direitos económico-sociais e culturais passam necessariamente pela "apropriação colectiva dos principais meios de produção, a planificação do desenvolvimento económico e a democratização das instituições" (art. 50.º).

Se para os trabalhadores e para as forças democráticas existe apenas uma leitura e uma interpretação da Constituição Portuguesa, as forças reacconárias tudo fizeram e tudo farão para esvaziar o seu conteúdo

(conclui na página 4)

Nos sectores, a criação e reforço de comissões coordenadoras, as reuniões regulares, com a participação de CT's e sindicatos respectivos, permitir ultrapassarmos os limites da empresa e perscrutar os problemas e a sua resolução em bases correctas e a troca de experiências contribui para reforçar a solidariedade e os conhecimentos mínimos.

Nas empresas, base de toda a actividade económica e consequentemente o Controlo Operário é necessário: reforçar a participação de todos os trabalhadores nas tarefas de Controlo Operário, a divulgação interna das informações, os poderes de controlo nos sectores mais importantes.

É necessário combater as ideias incorrectas de que o controlo é feito sobre os trabalhadores pelos trabalhadores ou de que os trabalhadores não têm "capacidade" o que a prática tem demonstrado ser falso.

DOCUMENTO DE TRABALHO DA 1.ª SECÇÃO DO "ENCONTRO NACIONAL DE DIRIGENTES, DELEGADOS E COMISSÕES DE TRABALHADORES"



AS PÁGINAS DO «CONGRESSO» — VER NAS CENTRAIS



NOTICÁRIO SINDICAL

NOTÍCIAS BREVES

LUTA PELO CONTRATO VERTICAL

Num comunicado recentemente publicado na imprensa em geral, a Comissão Negociadora do Contrato Colectivo de Trabalho Vertical para os sectores das Actividades Gráficas, Cartonagens e Afins denuncia a recusa, por parte das associações patronais, em levar por diante a negociação do referido CCTV.

Segundo o citado comunicado, as associações "recusam-se a negociar conjuntamente, argumentando que o não fazem por os sectores nada terem a ver uns com os outros".

A Comissão Negociadora Sindical frisa, contudo, que "a esmagadora maioria dos trabalhadores abrangidos por este CCTV L a b o r a n a s e m p r e s a s Gráficas/Carbonagens e o sector Livreiro". "Ao tentarem encobrir que os sectores Gráficos e Livreiro são totalmente diferentes e distintos — acrescenta-se no mesmo comunicado — tentam as associações patronais encobrir que a razão de tal separação é económica e do interesse dos empresários, como forma de obterem maiores lucros".

AMEAÇAS DE DESPEDITOS ILEGAIS DE SINDICALISTAS

Quando, no âmbito das suas responsabilidades sindicais, os camaradas António Rosas, actual membro do Secretariado da Intersindical e Manuel Correia Lopes, da Federação dos Sindicatos Têxteis e membro do anterior Secretariado da Intersindical, ambos do sector têxtil, orientavam uma reunião de trabalho na empresa a que pertencem (Manuel Lopes Henriques & Filhos, Lda), foram abordados, numa nitida manobra de intimidação, pelo advogado de administração, que os informou que estavam despedidos...

Com este acto, o patronato pretende forçar para seu favor uma situação que é contrária aos seus gananciais interesses e que está claramente estipulada na Constituição, que são os direitos sindicais dos trabalhadores, reconhecidos na Lei Sindical

e fazendo parte da própria Constituição.

Esta descarada actuação insere-se na campanha de repressão e de insegurança a que, nos últimos meses, um patronato sem escrúpulos e reacção, animado pela recente legislação antioperária aprovada pelo 1.º Governo "definitivo", tem vindo a tentar impor ao operariado e que a maior parte dos trabalhadores portugueses repudiam enérgicamente.

A Intersindical Nacional, interpretando o sentir dos trabalhadores, não só do sector em questão, como o de todos os trabalhadores em geral, repudia veementemente esta actuação provocatória, expressão de prepotência e de anticonstitucionalismo da parte da administração da firma Manuel

Lopes Henriques & Filhos, Lda, alertando uma vez mais o Governo para as consequências da sua passividade perante a arrogância patronal, que tem propiciado o avanço das forças do capital contra as conquistas pelas massas trabalhadoras.

Assim, a Intersindical Nacional exige do Governo uma firme intervenção para que se cumpra, integralmente, os direitos dos trabalhadores, consagrados na Constituição, especialmente no que à Lei Sindical diz respeito.

No caso aqui referido, não se pretende apenas atingir mais dois dirigentes sindicais, mas sim todo o sector que luta coerentemente, neste momento, pela concretização do seu CCT.

Por tudo isto, a Intersindical alerta todos os trabalhadores para que se mantenham unidos no prosseguimento da sua justa luta e não permitam que a sua determinação seja atingida pelas baixas manobras daqueles que em todas as suas actuações revelam querer conseguir a desenfreada exploração dos trabalhadores.

Este protesto, em jeito de Comunicado à Imprensa, apela à unidade e à firmeza dos trabalhadores contra os despedimentos e é assinado pelo Secretariado da Intersindical Nacional.

PROCESSOS DO «ANTIGAMENTE»

"O Dr. Vitorino Vieira Dias, Presidente da Comissão Administrativa da Caixa de Previdência do Distrito de Leiria, está a fazer voltar a esta Instituição os processos autocráticos e unilaterais de decisão usados "antigamente", denuncia o Secretariado da União dos Sindicatos de Leiria através de um comunicado chegado à nossa Redacção.

Após ser lembrado que o referido doutor se trata do representante do Governo na Caixa de Previdência de Leiria, declara-se no mesmo comunicado: "Arbitrariamente, autocraticamente, não obstante os protestos dos representantes membros da CA, sobretudo dos dois representantes sindicais que a integram, não obstante os protestos da CT e o repúdio dos funcionários da Instituição, o Dr. Vitorino Vieira Dias, para arranjar "curum" para apoiar os seus pontos de vista, chamou os dois elementos

nomeados pela Caixa para integrarem a Comissão de Gestão da AMS, a decidirem sobre questões da Segurança Social, isto é, em matéria que não é da sua mínima competência legal. O Dr. Vitorino Vieira Dias, não tem em devida atenção, em diferentes questões, os pontos de vista dos restantes elementos da CA, nem os da CT".

O Secretariado da União dos Sindicatos de Leiria denuncia, mais adiante, a admissão para funcionário da respectiva Caixa de um tal Dr. Silva Marques. De salientar que "a União dos Sindicatos veio a saber que o Sr. Silva Marques é patrão na empresa de cerâmica MARGON, tem pendentes contra ele nos Tribunais do Trabalho vários processos que lhe foram movidos por trabalhadores cujos direitos violou; era ou é consultor jurídico e simultaneamente presidente da Assembleia Geral da Associação Portuguesa dos Industriais de Cerâmica de Construção APCC; foi

componente da parte negociadora do CCT de cerâmica (sector do barro vermelho) onde sempre assumiu posições contrárias aos trabalhadores e ao movimento sindical e, inclusive, deve à Caixa de Previdência de Leiria centenas de contos de contribuições da sua empresa".

AS ARBITRARIEDADES PATRONAIS

A mais importante e influente CUT (Comissão de Unidade de Trabalhadores) da CUF do Barrero, aprovou, por unanimidade, em reunião efectuada em 4 do corrente, uma Moção, na qual, "considerando que a política do actual Governo é antioperária e anticonstitucional, que tem permitido ao patronato reacção voltar a exercer repressão sobre os trabalhadores; que a nível de várias empresas essa repressão já se está a praticar, levando ao despedimento de trabalhadores que militam em organizações de classe, como Dirigentes e Delegados Sindicais e Comissões de Trabalhadores; que os recentes despedimentos dos trabalhadores Manuel Lopes e António Rosas se inserem na

tentativa desesperada daqueles que pretendem a divisão no seio do movimento sindical", repudia mais esta manobra reacção, igual a tantas outras já cometidas, sem que o Governo tome as necessárias medidas que defendam os direitos dos trabalhadores; solidiza-se com os trabalhadores Manuel Lopes e António Rosas, assim como com todos aqueles que lutam pela libertação total dos trabalhadores; e decidem dar conhecimento desta Moção aos órgãos do Poder Constituídos, à Intersindical Nacional, ao Sindicato dos Têxteis e aos órgãos da Comunicação Social".

FORMAÇÃO SINDICAL

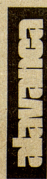
Por iniciativa do Departamento de Formação Sindical, da Intersindical Nacional (Confederação Geral dos Sindicatos Portugueses), têm vindo a ser publicados cadernos com textos de divulgação sindical, na louvável tentativa de ajudar a fortalecer a consciência sindical dos trabalhadores.

Dado o interesse que esta iniciativa tem despertado entre os trabalhadores, encara-se a necessidade de se editar, num só volume, os cadernos já publicados.

Para esclarecimento dos nossos amigos, informamos que o referido volume incluirá as seguintes temas:

Movimento Sindical num País Socialista; A Classe Operária; Porquê e Como Somos Explorados; O Estado; As Nossas Reivindicações; Congresso dos Sindicatos Portugueses; Intersindical — Como se Formou; Características, Estruturas;

Organização Sindical na Empresa; Estatutos da Intersindical; Movimento Sindical e a Constituição; Legislação Antioperária e Inconstitucional; Guia das Assembleias; e As Actividades Sindicais na Empresa.



SEMANARIO DA INTERSINDICAL
DIRECTOR INTERNO Jaime Marques Machado
16 páginas — Preço \$500
REDACCAO E ADMINISTRACAO
Rua Vitor Cordón, 1 - 2.º - LISBOA
DELEGACAO DO NORTE
UNIAO DOS SINDICATOS DO PORTO - Rua de Santa Catarina, 92-1
Telefs. 30752/59 - PORTO
DISTRIBUICAO - CDL
COMPOSICAO IMPRESSAO
HESKA PORTUGUESA
Rua Elias Garcia, 25, 27 - Venda Nova - Amadora

POSICÃO A FAVOR DO CONGRESSO

Em Assembleia sectorial dos Delegados Sindicais dos Metalúrgicos de Águeda, efectuada em 2 do corrente, na sede do Sindicato dos Metalúrgicos de Aveiro, foi exigida a "imediate desvinculação da direcção do respectivo Sindicato do grupo da chamada "Carta Aberta" e que passasse a participar nos trabalhos da C.N.O.C. (Comissão Nacional Organizadora do Congresso de Todos os Sindicatos), órgão para o qual foi eleito.

PROTESTO DE TRABALHADORES AGRICOLAS DO NORTE

Pelo facto do Primeiro-Ministro não ter respondido aos Sindicatos dos Trabalhadores Agrícolas do Porto, Braga, Viseu e Vila Real sobre o pedido de audiência urgente por eles solicitado, assim como o silêncio sobre as várias exposições feitas por esses Sindicatos aos diversos Órgãos de Soberania, o Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas do Porto enviou um protesto ao Presidente da República, ministro do Trabalho, ministro da Agricultura e Pescas, Conselho da Revolução e Presidente da Assembleia da República. Nesse protesto, o referido Sindicato lamenta "que o Governo que se diz defensor dos trabalhadores" se sirva "dos mais variados pretextos para esquecer e desprezar o largo sector dos trabalhadores permanentes rurais, use e abuse da nossa situação de miséria para nos colocar contra as conquistas dos outros trabalhadores".

"INFORMAÇÃO CUF"

O número de Outubro deste mensário confirma, quanto a nós, a boa orientação de formação e informação sindicalista que sempre tem norteado o movimento sindical, e se ilustra de excelente boletim sindical. Também pelo seu aspecto gráfico merece os maiores elogios.

Ve-se que há, nesse mensário, bem como gosto por os temas escolhidos e excelente trato para os assuntos nele versados. Em cada número, esta boa impressão gráfica e de conteúdo se confirma, pelo que recomendamos aos nossos amigos e leitores.

CONTRA UMA MANOBRÁ PATRONAL

Sobre a ameaça de despedimento feita pela firma Manuel Lopes Henriques & Filhos, L.ª, aos nossos camaradas dirigentes sindicais António Rosas e Manuel Correia Lopes, a que noutró lugar nos referimos, informamos que houve já uma reunião no âmbito do Trabalho para tratar deste problema, com representantes deste Ministério, da Comissão de Trabalhadores, e do patronato, da referida empresa, bem como com a presença dos dois citados dirigentes sindicais.

Estiveram igualmente presentes, a esta reunião, elementos do Secretariado da Intersindical Nacional.

AMPLA RESPOSTA DE MASSAS CONTRA A RECUPERAÇÃO CAPITALISTA

O Encontro Nacional de Comissões de Trabalhadores, delegados e dirigentes sindicais, organizado pela Intersindical Nacional, secretariado das CT da Cintura Industrial de Lisboa e pelo secretariado provisório dinamizador das CT do distrito de Lisboa constituiu, pela sua dimensão e significado, uma clara e inequívoca resposta às tentativas de recuperação capitalista da economia, às violações da Constituição que as forças inimigas dos trabalhadores ensaiam por todas as formas, e à passividade do Governo em contrariar esses esforços antitrabalhadores e antimassas populares.

Após a discussão e reuniões de trabalhadores efectuadas em todo o país, estiveram presentes no Encontro Nacional, segundo os primeiros apuramentos provisórios, faltando ainda um elevado número de fichas de inscrição, para a contagem final: 2001 delegados sindicais, 522 dirigentes sindicais e 1528 membros de comissões de trabalhadores.

Tanto o continente como as ilhas se fizeram representar massivamente.

Registraram-se mais de 400 intervenções

a demonstrarem um elevado espírito de classe, uma grande compreensão colectiva e determinação em não consentirem que os órgãos do Poder legissem nas suas costas e contra a sua vontade expressa.

O Governo tem revelado incapacidade para travar a ofensiva reaccionária daqueles que tudo fazem em favor da recuperação capitalista da economia, visando assim o agravamento das condições de vida e de trabalho das massas laboriosas.

Assumem também um carácter muito grave os despedimentos de dirigentes e delegados sindicais e outros trabalhadores, assim como as agressões físicas. Estas arbitrariedades do patronato reaccionário, pretendem criar a insegurança do trabalho, desorganizar o Movimento Sindical, amputando-o dos activistas que se distinguem na luta pela melhoria das condições de vida dos trabalhadores e por uma sociedade justa. Entre muitos regista-se agora os despedimentos dos camaradas António Rosas, membro do secretariado da Inter, e Manuel Lopes, da Federação dos Têxteis, Lanfícios e Vestuário de Portugal.

Não raramente, o Governo toma mesmo medidas nitidamente antioperárias e anti-socialistas. São numerosos os exemplos como as conclusões do Encontro Nacional evidenciam.

Os trabalhadores acabam de expressar clara e vigorosamente a sua posição face à legislação laboral.

Necessário se torna agora que cada um dos participantes e todo o Movimento Sindical exerçam uma acção multiplicadora do Encontro Nacional, fomentando e levando à prática reuniões com todos os trabalhadores que representam.

O esclarecimento das massas no sentido de alargar e reforçar a nossa organização é tarefa fundamental. Serão assim criadas ainda melhores condições para a defesa das conquistas fundamentais e da Constituição, como para a consolidação da democracia e avanço do processo de transformação da sociedade rumo ao socialismo.

As perspectivas de construção da sociedade desejada pelos trabalhadores e massas populares mantêm-se. A nossa unidade e organização contribuirão decisivamente para a vitória.

HORÁRIO DE TRABALHO

O Governo tencionava alterar ou mesmo aumentar horários de trabalho sem ouvir os trabalhadores.

São exemplos dessa conduta o que sucedeu relativamente à função pública, (em que o Governo elaborou um projecto de decreto-lei que, se for aprovado, determinará aumento de horário de trabalho) e o que procurou por em prática no sector do Comércio.

A actuação do Governo neste campo também se enquadra no desejo de resolver os problemas económico-financeiros de muitas empresas à custa dos trabalhadores.

Serve de exemplo, o que sucedeu no sector de transportes, onde a Rodoviária Nacional, cumprindo instruções do Ministério dos Transportes, apresentou uma contraproposta de CCT que, relativamente ao horário de trabalho determinaria, se fosse aceite, que os trabalhadores deste sector passariam a estar dependentes da empresa 13 horas por dia, recebendo, no entanto, apenas o correspondente a 9 horas de trabalho.

A regulamentação geral do horário de trabalho, com implicações

a vários níveis, terá de ser inserida numa perspectiva de planificação económica, com vista à construção duma sociedade socialista e só poderá ser feita com a audição prévia dos trabalhadores.

O problema do horário de trabalho coloca-se pois a nível nacional e sectorial, e pressupõe que sejam tomadas medidas tendentes à reestruturação e reconversão de determinados sectores, colocando a economia ao serviço das classes trabalhadoras. Para isso é necessário que se verifique a participação efectiva dos trabalhadores na elaboração da legislação do trabalho, bem como na planificação e reestruturação dos sectores, tal como a Constituição prevê.

Só através da modificação da actual estrutura da economia, numa base antimonopolista, com a participação activa dos trabalhadores, através das suas organizações de classe, será possível resolver correctamente as questões do horário de trabalho, global e sectorialmente. Medidas isoladas que visam apenas a regulamentação do horário de

trabalho com aquelas que o Governo se propõe aprovar poderão ter como consequência a anulação de importantes conquistas das classes trabalhadoras, em particular as que se referem à contratação colectiva.

A principal legislação actualmente em vigor sobre esta matéria data do regime fascista (Decreto-Lei 409/71), tendo sido promulgado, durante o Primeiro Governo Provisório um diploma (Decreto-Lei 505/74) que introduz limitações à contratação colectiva, no que se refere a duração do trabalho, e pois urgente proceder à revogação destes diplomas, substituindo-os por uma regulamentação genérica do horário de trabalho que consagre as grandes conquistas já alcançadas neste campo e sirva como instrumento ao serviço da luta dos trabalhadores por melhores condições de vida e de trabalho.

Para além de ter de ser garantida a participação dos trabalhadores na elaboração da legislação, o que pressupõe uma ampla discussão dos principais problemas que se levantam nesta matéria, qualquer diploma que venha a regulamentar o horário de Trabalho Nacional terá

de obedecer a determinados princípios fundamentais, nomeadamente salvaguarda das conquistas já alcançadas, em particular as que se encontram regulamentadas por via da contratação colectiva. Desde o tempo do fascismo que os trabalhadores têm desenvolvido vários processos de luta por horários de trabalho mais justos, e foi através dessas lutas que foi possível, em determinados sectores, a fixação de horários de trabalho mais reduzidos, pelo que a legislação a ser promulgada deverá salvaguardar estes casos, não podendo eliminar ou restringir qualquer direito já conquistado.

A regulamentação do horário de trabalho deverá estabelecer um regime geral extensivo a todos os trabalhadores, qualquer que seja o sector a que pertenciam, e independentemente de se encontrarem ao serviço de empresas nacionalizadas, privadas ou sector público.

Os trabalhadores opor-se-ão à existência de regimes jurídicos diferenciados que introduzam discriminações para determiná-los

sectores, relativamente aos direitos e garantias do conjunto dos trabalhadores portugueses.

Sempre que se trate de sector com problemas específicos que obriguem a alteração relativamente às disposições gerais em matéria de horário, os trabalhadores, através das suas organizações, deverão participar na resolução desses problemas.

As reduções do horário de trabalho que virão a ter lugar em determinados sectores, não poderão em caso algum ter quaisquer repercussões na massa salarial dos trabalhadores abrangidos.

As mudanças de horário de trabalho (alteração do início e fim da jornada de trabalho, mas sem alterar o número de horas semanais) só poderão ser realizadas com a aceitação prévia dos trabalhadores do respectivo sector, cuja vontade terá de ser expressa através das suas respectivas organizações sindicais.

DOCUMENTO DE TRABALHO DA 6.ª SECÇÃO DO ENCONTRO NACIONAL DE DIRIGENTES, DELEGADOS SINDICAIS E COMISSÕES DE TRABALHADORES

«ALAVANCA» NA MADEIRA

TRABALHADORES DA PANIFICAÇÃO CONTRA PATRÕES REACCIONÁRIOS E CACIQUES À SOLTA

“A maior parte da matéria-prima vem do Continente. O trigo, embora importado do estrangeiro, é moído aqui. Na Madeira, além dos trabalhadores laborarem de noite, fabricam tudo à mão. Tudo é manual, à excepção da amassagem” — informou-nos José de Abreu, dirigente sindical do Sindicato dos Operários e Empregados da Indústria de Panificação e Alimentar do Distrito do Funchal.

O Sindicato dos Operários e Empregados da Indústria de Panificação e Alimentar do Distrito do Funchal tem desenvolvido intensa actividade, no sentido, de conquistar para os seus trabalhadores as regalias a que eles têm direito.

A primeira luta travada por estes camaradas madeirenses, contou-se em torno da aplicação do Contrato Colectivo de âmbito nacional, e do salário mínimo.

O referido Sindicato, federado desde 18 de Fevereiro de 1975, mantém com o Continente bastantes contactos. Mas o boicote sistemático do patronato às negociações dos Contratos Colectivos, tem sido aqui uma constante. Francisco Veiros, dirigente sindical, afirmou a este respeito:

DIREITOS E GARANTIAS

(conclusão da página 1)

progressista transformando-a em letra morta, a fim de destruir as principais conquistas da revolução.

Os mecanismos legais existentes impedem teoricamente que isso possa acontecer, mas a vigilância constante dos trabalhadores e suas organizações é palavra de ordem exigível no momento que passa. Lembremo-nos que o próprio governo já tentou o que já concretizou legislação inconstitucional que não teve maior expressão devido à resposta organizada do Movimento Sindical e Comissões de Trabalhadores.

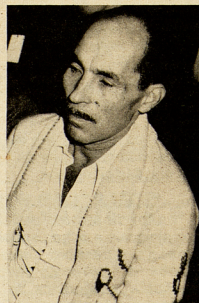
O trabalho desta secção não será tanto o da apresentação de soluções originais mas antes do estudo e debates dos artigos Constitucionais em causa, que culminará de certo numa conclusão

“O Sindicato foi chamado pela Federação para entrar em negociações por causa do CCT. A Federação pediu, também, a comparência, no Ministério do Trabalho, em Lisboa, dos patrões. Mas eles não compareceram alegando desconhecimento que nós estávamos na Federação”.

A partir deste momento, os trabalhadores decidiram lutar. E em Assembleia Geral, a greve, foi por unanimidade, a forma de luta contemplada. No dia 15 de Outubro, à meia-noite, os trabalhadores entraram, pois, em greve. A Direcção foi, entretanto, chamada à Secretaria de Estado do Trabalho.

“No dia 16 fomos chamados — continuou Francisco Veiros — à Secretaria de Estado do Trabalho, onde fomos informados do pedido de suspensão da greve feito pelo MT da Madeira. Respondermos que iam convocar uma Assembleia Geral e fariamos o que aí ficasse decidido. No dia 18 realizou-se essa Assembleia, que decidiu a suspensão da greve durante 15 dias”.

A argumentação patronal vai, no entanto, mais longe. Segundo eles, o CCT não pode ser aplicado à Madeira enquanto



Um dos nossos entrevistados quando assistia à última reunião geral de sindicatos

o Sindicato e a entidade patronal não entrarem em negociações na própria Madeira. Recusam-se, portanto, a negociar no Continente.

LUTAR CONTRA OS DESPEDITOS

Os militantes sindicais mais activos são alvo de perseguições da parte dos patrões. Francisco Veiros conta-nos a esse propósito:

“Temos tido muitas ameaças de colocação de bombas. Por outro lado, os patrões começaram já a despedir os militantes sindicais mais activos. Numa localidade, o patrão manobrou a população para não deixar entrar ao trabalho um padeiro que tinha aderido à greve. E a população manipulada não deixou entrar”.

Acerca do mesmo assunto, referiu-nos, ainda, José de Abreu: — “Eu próprio tenho um caso, em tribunal, de saneamento. Isto, porque eu exigia que o patrão pagasse o que era devido aos trabalhadores. Ele manobrou o pessoal e fui saneado”.

Uma outra luta foi a tentativa de greve de zelo, que nunca chegou a concretizar-se. José de Abreu explicou-nos porquê.

“Nesta altura quisemos dar o pão de graça. Porém os patrões começaram a dizer que nós queríamos dar o que não nos

pertencia. O MT, por sua vez, pediu o levantamento da greve prometendo, em contrapartida, sair com a Portaria. Mas até agora nada! Continuamos à espera. Isto aconteceu em Agosto deste ano”.

COMBATER O CACIQUISMO

José de Abreu falou-nos em seguida do caciquismo, que manobra as populações e pretende dividir os trabalhadores:

“Os patrões dizem que temos de pagar o que temos feito...”

Mais à frente, e ainda dentro do mesmo problema, José Abreu lembrou:

“Para a última Assembleia Geral a Direcção do Sindicato, que estava a ser ameaçada frequentemente, foi pedir ao comandante do posto da polícia para vigiar a Assembleia, para que esta decorresse e calmamente. O comandante recusou-se”.

Também, aqui, os órgãos de comunicação social têm tido um papel contrário aos interesses dos trabalhadores. Não publicam os comunicados e deturpam a informação.

“O povo — salientou — nunca chega a saber os motivos da nossa luta porque os nossos comunicados não são emitidos”.

Ainda, e relativamente à greve, fomos informados, não só dos apoios — Sindicatos dos Bordados, Construção Civil, Moagens — mas também do boicote feito pelos patrões que chamaram outros indivíduos para trabalhar.

Os trabalhadores da panificação da Madeira não têm horário diurno. O inquérito, feito

ELEIÇÃO DO PROVIDOR DA JUSTIÇA

Por motivo da eleição do dr. José Magalhães Godinho para o cargo de Provedor da Justiça, o Secretariado da Intersindical Nacional enviou, a este lutador antifascista, um telegrama de felicitações, no qual se contratava pela sua eleição para tão elevado cargo e manifesta, em nome dos trabalhadores portugueses, a sua fraterna solidariedade, certos de que o vosso passado de antifascista é garantia do desempenho deste cargo com espírito da nossa Constituição, rumo ao Socialismo”.

DEPOIMENTO DE JOÃO GABRIEL UM TRABALHADOR DESPEDITO

“Já antes da suspensão da greve tinha sido ameaçado que não entraria mais no meu emprego. Na segunda-feira, dia 18 de Outubro, fui ao trabalho e encontrava-se uma multidão em frente à empresa. “Perante isto, resolvi ir à polícia. Aqui disseram-me que o assunto deveria ser tratado com a polícia de Santa Cruz. Então, fui ao Sindicato apresentar o problema e, juntamente com elementos da Direcção, fomos ao Delegado do ministro do Trabalho. “Falámos com o Fiscal, que disse que iria às 15 horas ver o que se passava. E assim sucedeu. Falou com o patrão e disse-me que o problema não era do patrão mas da população, e que ia apresentar o caso ao secretário do Trabalho da Madeira.”

“No dia 19, voltei, de novo, ao trabalho. E não me deixaram entrar. “E estava lá um indivíduo com um punhal. De uma volta pelo quarto da lenha e disse ao encarregado se ele não me tinha ouvido bater à porta. Ele respondeu que não me abria a porta porque eram ordens do patrão e começou a fazer barulho, juntamente com um dos sócios, para alertar os outros trabalhadores.”

“Eu sei que não é a população que está contra mim, nem tão-pouco os trabalhadores. O patrão manipulou-os. E serve-se deles para alcançar os seus objectivos”.

sem a participação dos trabalhadores, levou as entidades governamentais regionais à não aceitação do trabalho diurno. Aceita disto, José Abreu afirmou:

“Fizem um inquérito, mas a proposta dos trabalhadores para que esse inquérito fosse feito com um representante dos trabalhadores, do patronato e outro do MT, nunca foi aceite. Assim, o Governo decidiu, sem que os interessados fossem ouvidos, que na Madeira não havia trabalho diurno”.

Estas foram as declarações prestadas ao nosso jornal pelos dirigentes do Sindicato dos Operários e Empregados da Indústria de Panificação e Alimentar do Distrito do Funchal.

Com cerca de 500 trabalhadores filiados, sobre um total de 600 aproximadamente, o sindicato luta por melhores condições de vida e de trabalho, contra os despedimentos, pela extensão à Madeira das regalias que os trabalhadores do Continente vão conquistando.

Estas declarações foram recolhidas quando da nossa estadia na Madeira, de 18 a 21 de Outubro do corrente.

TÉX

Cansado e passiva atitudes do patronato, têxteis o semana paralisar das qual patrões e negocia discutido Vertical o sector.

Com o trabalho a sua reivindicação de uma abranja t nos sul vestuário e de corti

Como disposição agradar capital, e entravam a engenho de se re mira de esperanc capitalista.

Paralelo os meios trabalh arrastá-lo mais rad conseguiu lá viriam o custo trabalho de tudo, o não quer etc..

Mas o estão ate nada inte logadas provocac

A

A P

As pa que se e semana, aderência e os 100 regiões o locais d industrial mações a grau de dos traba

Mas o indiferente de força de desvio e seus obje e assim, são desp dirimentos António da Intes e presen assemblei dos Têx Lopes, Feder e presen Sindicato

Com n o patrão a atenç trabalhac pelo seu

ensão
sido
ntraria
go. Na
19 de
abaho
uma e,
rente
e isto,
Aqui
essuto
o com
Cruz,
dicato
uma e,
mentos
os ao
tro do
s com
que iria
que se
cedeu.

atrão
problema
nas da
ue ia
so do
ho da
el, de
não me
estava
em um
a pelo
esse so
não me
porta.
não me
eram
meçou
amente
t, para
ros

ão
e está
pouco
patrão
rive-se
s seus

ão dos
e vou as
imentais
ção da
cto disto,

rito, mas
camaradas
nto fosse
tante do
patronato
fo acente,
pidiu, sem
fossem
deira não

clarções
nais pelos
adados da
ificação
o serviço

e 500
sobre um
damente,
melhores
trabalho,
os, pela
s regalias
ores do
stando,
os forma
a nossa
18 a 21 de

TÊXTEIS EM LUTA

MAIS UMA
PROVOCAÇÃO
PATRONAL

Cansados de paliativos e de evasivas, alertados para as atitudes de sabotagem do patronato, os trabalhadores têxteis cumpriram, na passada semana, um esquema de paralisações de trabalho, através das quais pretendem obrigar os patrões a sentar-se à mesa das negociações, a fim de ser discutido o seu Contrato Colectivo Vertical — o primeiro para o sector.

Com esta forma de luta, os trabalhadores marcaram bem a sua firme disposição de reivindicar a negociação conjunta de uma convenção colectiva que abrangia todos quantos trabalham nos subsectores lãneiro, de vestuário, algodoeiro, tapeteiro e de cortumes.

Como seria de prever, tal disposição dos trabalhadores não agradaria aos "senhores" do capital, e aí os temos a tentar entrar o processo negocial, a engendrar mil e uma maneiras de se recusar a comparecer, na mira de deixar correr o tempo, esperanças que a reacção capitalista jogue a seu favor.

Paralelamente vão, por todos os meios, tentando exasperar os trabalhadores, pretendendo arrastá-los para formas de luta mais radicalizadas. Claro que se conseguissem os seus objectivos lá viriam com a choradeira do costume, dizer que os trabalhadores é que têm a culpa de tudo, que só fazem greves, que não querem é trabalhar, etc, etc, etc...

Mas os operários do sector estão atentos e não se mostram nada interessados em alinhar em jogadas de diversão e de provocação.

QUANDO
A RAZÃO FALTA
SOBRA
A PREPOTÊNCIA...

As paralisações de trabalho que se efectuaram na passada semana, obtiveram um grau de aderência que situou entre os 85 e os 100 por cento, conforme as regiões do país. No Norte e nos locais de maior concentração industrial, as paralisações foram maciças e bem demonstrativas do grau de consciência e de unidade dos trabalhadores têxteis.

Mas o patronato não podia ficar indiferente a esta demonstração de força e de coesão: precisava de desviar os trabalhadores dos seus objectivos imediatos de luta, e assim, no segundo dia de greve, são despedidos dos destacados dirigentes sindicais, o camarada António Rosas, do Secretariado da Intersindical Nacional e presidente da Mesa da assembleia geral do Sindicato dos Têxteis de Lisboa, e Manuel Lopes, do Secretariado da Federação dos Têxteis e presidente da direcção do Sindicato dos Têxteis de Lisboa.

Com mais esta prepotência, o patronato pretende que a atenção e a vigilância dos trabalhadores na luta que travam pelo seu contrato colectivo, se

divida pelo combate que agora tiveram de encetar para a imediata reintegração daqueles des camaradas, sobre quem recaiu a vingança e a repressão do patrão reaccionário que encontravam no exercício das suas funções sindicais.

Numa altura em que os trabalhadores do sector necessitariam de concentrar esforços para obrigar os donos das fábricas a negociar, numa manobra perfeitamente calculada e programada pelos "cabeços" da CTV, um patrão reaccionário despêdo trabalhadores que a confiança dos seus camaradas haviam investidos em cargos sindicais.

Com mais esta atitude, a juntar a todas as outras, as forças do capital e da reacção intentam proter ainda mais o início das negociações, ao mesmo tempo que vão descarregando as culpas da crise do sector nas costas largas daquela massa de trabalhadores que dia a dia, com o seu labor e o seu esforço, lhes foi enchendo os bolsos. Saudosos do "antigamente", ludo fazem para entrar a caminhada para o futuro.

SOLIDARIEDADE
DE CLASSE
É FIRMEZA

A tentativa de despedimento dos camaradas dirigentes sindicais, provocou um amplo movimento de apoio e de solidariedade exigindo a imediata reintegração de Manuel Lopes e de António Rosas.

Na zona industrial de Moscavide, as fábricas têxteis, para além da hora diária de paralisação em defesa do COTV, suspenderam a sua laboração por mais uma hora, numa demonstração de apoio aos camaradas atingidos pela repressão patronal. Outras fábricas de outras zonas do país manifestaram já a sua intenção de aderir a esta forma de luta que — caso o problema não seja resolvido — se irá alargando progressivamente.

Por seu turno, a empresa em que Manuel Lopes e António Rosas trabalhavam, assim como uma outra do mesmo patrão, estão completamente paradas, e assim se deverão manter até que esta situação seja resolvida.

Espera-se no entanto que não se torne necessário fazer apelo a formas de luta extremas, na medida em que a reacção dos trabalhadores terá contribuído decisivamente para a correcção desta arbitrariedade.

ANÁLISE
DA SITUAÇÃO

Os sindicatos que se encontram empenhados na luta pelo Contrato Colectivo de Trabalho para o sector, reuniram-se no domingo a fim de analisarem a situação actual das negociações desta convenção de trabalho e discutirem as formas de que se irá revestir a acção dos trabalhadores.



Alguns meses após o 25 de Abril foram exonerados — através do Decreto-Lei 551/74, publicado em 23 de Outubro daquele ano — os membros do Conselho Geral e da Direcção da então denominada Federação Nacional para a Alegria (?) no Trabalho.

Com a designação — por parte do então ministro do Trabalho — de uma comissão administrativa constituída paritariamente por dois representantes dos sindicatos e dois representantes do M.T., nasceu o Instituto Nacional para o Avelamento dos Tempos Livres dos Trabalhadores (INATEL).

Um dos representantes do Ministério do Trabalho na Comissão Administrativa, viria a pedir a sua demissão em Agosto de 1975, ficando, sómente, em exercício, por parte do governo, Sabino Gomes Lebre que, posteriormente, acabou por ser exonerado, em Julho de 1976 pelo, ao tempo ministro do Trabalho, capitão Tomás Rosa.

Para aquela comissão foram então nomeados o Major Lobo César e o jornalista Dórdio Guimarães, redactor da «Vida Mundial», que desde início se definiram como perfectos cumpridores da missão de que Tomás Rosa os incumbira: a destruição do INATEL que se vinha construindo de forma harmoniosa, paritariamente, entre os recursos materiais e humanos da ex-FNAT, pois nenhum funcionário foi afastado ao longo de 2 anos de Outubro de 1974 a Agosto de 1976 — antes foram integrados todos nas novas estruturas.

AMEAÇAS
SENTIRAS
SABOTAGEM

A 16 de Agosto os dois delegados do Ministério do Trabalho dirigiram um comunicado aos funcionários do INATEL em tom ameaçador, e de teor fascista, pretendendo objectivamente amealhar e dividir. Tal comunicado termina com «A Bem do Portugal Novo» que pouco difere da velha expressão dos tempos antigos «A Bem da Nação».

Em 2 de Setembro, e no prosseguimento dos seus intentos cada vez mais clarificados, fazem circular novo comunicado num ataque vazio e infundadamente à inicial Comissão Administrativa do INATEL, visando em especial o Sabino Guedes Lebre, reforçando as ameaças aos funcionários do INATEL, acentuando o tom divisionista e apontando com um: «Quem não estiver conosco quer sair Portugal».

Verifica-se a «coincidência», de nesta mesma data se iniciar no semanário «Vida Mundial» — onde o Dórdio Guimarães, delegado do Ministério do Trabalho na Comissão Administrativa — então redactor — uma campanha contra o INATEL e simultaneamente contra a reacção mais demagógica e nauseabunda de que aquela conhecemos. Trata-se de uma estratégia já antiga e conhecida psicológica para futuras acções dos delegados do Ministério do Trabalho dentro do INATEL.

Em 24 de Agosto de 1976, Rogério Paulo pede à Inter a sua substituição na Comissão Administrativa do INATEL, que é comunicada ao Ministério do Trabalho, indicando a Inter, como substituto, Manuel Pedro Lovegrow.

QUE PRETENDE
OS DELEGADOS
DO M.T.?

Por ofício de 9 de Setembro o Ministério do Trabalho informa ter tomado conhecimento da substituição, que implicitamente aceita. Entretanto, os dois delegados do Ministério do Trabalho recusam-se a interpretar dessa forma aquele ofício, exigindo que seja clarificada a posição do Ministério do Trabalho quanto à nomeação do novo elemento proposto pela Inter.

O ofício do Ministério do Trabalho de 2 de Outubro vem definitiva e inequivocamente clarificar a nomeação do novo elemento, afirmando que se deve entrar imediatamente em funções.

RESSUCITAR
O PASSADO

No intervalo de tempo entre os dois ofícios do Ministério do Trabalho, estando a Comissão Administrativa incompleta, aproveitaram os dois delegados do Ministério do Trabalho para iniciarem a sua acção demolidora, procurando passar à prática os seus objectivos há muito planeados: um nítido regresso ao passado, à FNAT, escamoteando as actividades fundamentais do INATEL — desporto, cultura e outras de ordem socio-económica — os novos moldes em que já se começam a desenvolver, impedindo o seu alargamento e impacto junto das massas trabalhadoras, procurando empolar os aspectos de fachada — medalhas, boletins, antena de rádio de TV, etc. Simultaneamente, e para pôr em marcha estes objectivos, vão demarcando os funcionários que terão de ser afastados, despedidos.

Legal e abusivamente, em reuniões fantasmagoras entre os dois delegados do Ministério do Trabalho, tomam decisões que violam os direitos fundamentais dos trabalhadores, nomeadamente o direito ao trabalho, à segurança no emprego e, ainda, constituem séria ameaça a toda a estrutura e funcionamento dos serviços.

Passam mesmo à prática com a tentativa de despedimento imediato do chefe da secção de Formação de Quadros do Departamento de Animação Desportiva, América da Costa Pereira, suspendendo-lhe o vencimento, proibindo a sua entrada no INATEL, ocorrendo, no dia 7 de Outubro, a PSP para o expulsar do seu lugar de trabalho, tendo para o efeito ido os agentes tratar-se dum intruso no organismo.

A tática e os objectivos a atingir aparecem claramente definidos na «Vida Mundial» num memorando publicado e assinado pelos dois delegados do Ministério do Trabalho de que se trata. Trata-se de uma acção decidida e enérgica no sentido de anular a acção paritariamente assumida, e, finalmente, «preenchendo novas vagas com pessoal de confiança».

DESMASCARADOS

Fazendo-se eco das palavras várias vezes ditas pelo major Lobo César o numero da «Vida Mundial» de 7 de Outubro, no artigo sobre o dossier INATEL, adianta a certo passo: «Hoje directiva governamental impulsiona a acção dos dois administradores do Ministério do Trabalho e do Trabalho» — trata-se de uma estratégia já antiga e conhecida psicológica para futuras acções dos delegados do Ministério do Trabalho dentro do INATEL, deixado vago pela saída de Rogério Paulo e que Rogério Paulo não voltar a ser preenchido por um homem

de Inter, antes sim por um delegado dos chamados sindicatos da «Carta Aberta». Aliás, igualmente, essas duas grandes forças sindicais possuem direitos legais e nunca se justificou, a não ser por manobra, que a Inter tivesse até hoje preenchido essas dois lugares. Teremos finalmente uma justa e equitativa distribuição na mesa deliberativa do INATEL. Dois elementos do Ministério do Trabalho, mais dois elementos dos Sindicatos, pluralmente, claro».

Com o ofício de 2 de Outubro do Ministério do Trabalho ficou a Comissão Administrativa completa de novo, pondo-se fim a uma situação anómala que se arrastava desde a saída de Rogério Paulo. Vendo os delegados do Ministério do Trabalho goradas as suas expectativas, resolveram procurar ignorar a decisão ministerial não comparecendo à primeira reunião marcada para as 9.30 horas do dia 7, desenvolvendo a essa hora e posteriormente as acções com a PSP a respeito de Costa Pereira, atrás referidas.

Os dois representantes dos Sindicatos, acompanhados por dois elementos do Secretariado da Inter, dirigiram-se no dia 9 de Outubro ao Ministério do Trabalho, onde realizaram contacto com o ministro Marcelo Curto, apresentando-lhe uma breve esboço das actividades desenvolvidas pelos dois delegados do Ministério do Trabalho e que o próprio ministro não hesita em classificar de legais.

Efectivamente, as actividades desenvolvidas pelos dois delegados do Ministério do Trabalho são passíveis de procedimento disciplinar e eventualmente criminal, o que lhes foi comunicado pelos dois delegados do Sindicato dos Sindicatos da Administração, através dum convocatória para uma reunião plena dos quatro elementos da Comissão Administrativa para o dia 12 de Outubro de que foi dado conhecimento e mandado distribuir pelos funcionários do INATEL.

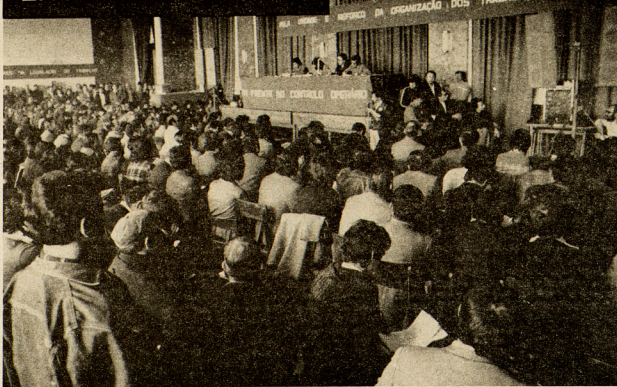
TAMBÉM O
SR. MINISTRO!

No referido encontro com o ministro Marcelo Curto, foi por este também abordada a hipótese que curiosa e estranhamente já a «Vida Mundial» havia posto na véspera, acerca dos chamados sindicatos da «Carta Aberta».

A conclusão dos dois delegados do Ministério do Trabalho se recusarem a aceitar a Ordem de Trabalhos proposta para a reunião do dia 12 de Outubro ficou inalterado. Os dois delegados dos Sindicatos consideravam legalmente inexistentes os novos representantes dos Sindicatos unilateralmente pelos dois representantes do Ministério do Trabalho, antes da entrada em funções do novo representante dos Sindicatos, que se verificou a 6 de Outubro.

E por que tais decisões se prendem com o gesto de inatidão do pedido ao Ministério do Trabalho um ofício pelos delegados dos Sindicatos na Comissão Administrativa, fazendo uma análise de situação e pedindo uma reunião no Ministério para solucionar o impasse. Até à data não foi obtida qualquer resposta a esse ofício. Entretanto, internamente, a situação vai-se degradando, continuando as acções dos dois delegados do Ministério do Trabalho e lançando características, do recurso à calúnia, à intriga, às manobras baixas de divisação, pretendendo lançar os trabalhadores do INATEL em conflitos os outros.

ENCONTRO NACIONAL



QUANDO OS TRABALHADORES DECIDEM AVANÇAR PARA A RESOLUÇÃO DOS SEUS PROBLEMAS

Quando os trabalhadores decidem avançar para a resolução dos seus problemas, quando os trabalhadores decidem tomar o futuro nas suas próprias mãos, quando os trabalhadores ultrapassam as pequenas divergências — conseguem encontrar aquilo que realmente os une e identificar o principal inimigo, então eles estão a dizer não ao fascismo, a recusar a exploração capitalista, a criar condições para o avanço para o socialismo, para a construção da sociedade sem exploradores nem explorados.

No passado fim-de-semana, cerca de quatro mil trabalhadores, mandatados por mais de um milhão de camaradas seus, debateram os problemas que a todos afectam, analisaram a sua situação de homens-explorados produtores de riqueza e, alertados contra a recuperação capitalista que intenta submergir as conquistas alcançadas, manifestaram a sua firmeza de intenções, através do empenhamento completo no combate a quantos apenas pretendem o regresso ao passado.

Unir, organizar, consolidar, aprofundar, alargar, avançar, mais do que meras palavras, foram denominador comum de intenções, convergência de vontades e anseios, gritos de luta e de esperança na vitória final.

Nas instalações do Instituto Superior Técnico efectuou-se no sábado o Encontro Nacional de Comissões de Trabalhadores, Delegados e Dirigentes Sindicais Organizado pela Intersindical Nacional, pelo Secretariado das C. T. da Cintura Industrial de Lisboa e pelo Secretariado Dinamizador das C. T. do Distrito de Setúbal, o encontro congregou — de acordo com uma contagem provisória — mais de 4 mil delegações, integrando um número superior a dois mil de delegados sindicais, a quinhentos dirigentes sindicais, e a mil e quinhentas comissões de trabalhadores.

Constituindo, pela sua dimensão, uma clara e inequívoca resposta às tentativas de recuperação capitalista, às violações da Constituição e à passividade do Governo perante os repetidos ataques aos trabalhadores, às suas organizações e às massas populares, o Encontro foi uma extraordinária afirmação de unidade e coesão.

As instalações do Técnico foram demasiado pequenas para albergar os milhares de participantes, que transvasavam para além das salas onde se realizavam os debates, espraiando-se por todos os locais livres. A afluência de representantes dos trabalhadores excedeu todas as previsões e introduziu mesmo alguns elementos de perturbação no desenrolar da ordem de trabalhos, pois as coisas não estavam preparadas para um tão elevado grau de participação.

No entanto, todos os problemas foram sendo resolvidos e os debates iniciados.

Divididos por 10 secções de trabalho, os delegados participantes no Encontro efectuaram duas sessões de debate

e análise que se estenderam até cerca das 20 horas, culminando com uma sessão de encerramento realizada no Pavilhão dos Desportos e no decorrer da qual foram lidas as conclusões e as moções aprovadas ao longo do dia.

CONTROLO OPERÁRIO TRANSFORMAR A ECONOMIA

"O controlo operário constitui uma das formas de intervenção mais importantes dos trabalhadores para defender as nacionalizações e a Reforma Agrária e as empresas controladas pelos trabalhadores, para defender os postos de trabalho e melhorar as condições de trabalho em cada empresa" — afirma-se no documento que sintetiza os resultados que chegou, ao longo do seu trabalho, a 1.ª secção — Controlo Operário.

Defendendo a necessidade de alargar o controlo operário a nível nacional, os trabalhadores presentes focaram a necessidade de as discussões se deverem fazer à luz da sua prática de luta e com respeito da autonomia das suas organizações de classe.

Acentuando a necessidade da unidade dos trabalhadores, combatendo o divórcio e levando à prática o Controlo Operário a nível de empresa, reforçando a organização e a mobilização de todos os trabalhadores os participantes no Encontro reiteraram que "é com a prática do Controlo Operário que nós, trabalhadores, conseguiremos transformar,

defender e planificar a economia nacional e pô-la ao nosso serviço".

Repudiando a co-gestão e afirmando que o Controlo Operário "não é para recuperar o capitalismo mas contribuir para a construção do socialismo, os participantes nos debates desta secção consideraram que as intervenções registadas "demonstram bem que a força e a capacidade da classe operária e de todos os trabalhadores é a melhor garantia que temos para vencermos as tentativas de recuperação capitalista, reforçar a independência nacional e consolidar a democracia económica e social rumo ao socialismo".

NÃO À DEVOLUÇÃO DAS EMPRESAS AO PATRONATO

Na 2.ª secção deste Encontro, os debates centraram-se em torno das questões que afectam as empresas sob gestão dos trabalhadores, as cooperativas e as empresas com intervenção do Estado, tendo os representantes dos trabalhadores exigido a imediata publicação do "Diário do Governo" do despacho do Conselho de Ministros que cancela as acções de restituição de posse, penhoras e acções judiciais postas pelo patronato, assim como a saída de um decreto-lei que assegure aos trabalhadores a directiva de gestão das empresas, legalizando de facto as situações de ocupação.

Reivindicando a adopção, por parte do Governo de medidas que impeçam

a devolução das empresas aos antigos patrões, os participantes no Encontro exigiram que de imediato seja autorizada a utilização das máquinas agrícolas avaliadas em mais de 100 000 contos, e que se encontrem mobilizadas há mais de um mês devido à acção de certos departamentos do Estado, e, ainda, que o Governo cumpra a lei da Reforma Agrária, nomeadamente expropriando mais de 500 000 hectares de terras que continuam nas mãos dos agrários e fazendo respeitar a Lei do Arrendamento Rural.

A necessidade de às cooperativas, empresas intervencionadas e empresas sob gestão dos trabalhadores ser assegurado o apoio de que elas necessitam, foi outro dos pontos tratados no Encontro.

Todas estas questões deixaram bem patente a necessidade de reforçar a organização dos trabalhadores, mantendo-os mobilizados para acções de massas que futuramente se venham a desenvolver.

Um dos problemas que suscitou um maior interesse foi o do direito à greve. Direito de que os trabalhadores se viram privados durante os 48 anos de nazifas-

apenas na recusa total de prestação de trabalho, mas também na recusa da sua prestação normal.

Os trabalhadores presentes reafirmaram a sua posição de que a greve deve poder ser decretada pelas associações sindicais, pelas assembleias de empresa convocadas pelas estruturas sindicais, pelas comissões de trabalhadores, ou por uma percentagem mínima do número total dos trabalhadores da empresa.

SEM DISCRIMINAÇÃO NEM RESTRIÇÕES

Considerando lícita a constituição e actividade dos piquetes de greve e afirmando que o direito à greve não poderá ser limitado por qualquer acordo ou convenção colectiva, os participantes no Encontro afirmaram que a entidade patronal não poderá ser autorizada a contratar "luta-greves" para substituir os trabalhadores em luta, cabendo aos trabalhadores e às associações sindicais — no caso de paralisação em actividades

cismo, a greve surge consagrada no texto constitucional, que não admite mesmo que ela venha a ser limitada.

DIREITO À GREVE

No entanto, o Governo apresentou à Assembleia da República uma proposta de lei que contraria frontalmente o expresso na Constituição, procedendo do mesmo modo em relação aos despedimentos.

que visem a satisfação de necessidades essenciais — assegurar o funcionamento dos serviços indispensáveis para casos de urgência ou de emergência.

A exigência do "reconhecimento do direito de contratação colectiva sem discriminação, a todos os trabalhadores portugueses, incluindo portanto os trabalhadores de função pública, da previdência e segurança social, pescadores, rurais, etc.", foi um dos pontos acordados na secção que se propôs analisar os problemas da contratação colectiva e da política salarial.

MOÇÃO

Os Trabalhadores, Delegados Sindicais, membros das Comissões de Trabalhadores, cientes das medidas antipatrióticas que se opõem aos direitos e garantias dos trabalhadores consignados na Constituição e que, o Primeiro Governo Constitucional procura desrespeitar, nomeadamente a efectiva participação dos trabalhadores na gestão da Previdência ou Segurança Social, quanto à nova redacção da Lei do Desemprego não a ponho a discussão no seio dos trabalhadores, à política de direita seguida pelo MEC, ao boicote económico, às Unidades Colectivas de Produção, aos Pequenos e Médios Comerciantes, agricultores e Industriais, à política de conciliação com o patronato, por parte do Ministério do Trabalho, dificultando as negociações dos Contratos Colectivos de Trabalho, revogando a Lei das Associações Sindicais, abrindo a porta aos patrões para enfocarem ou fazerem desaparecer as Comissões Sindicais de empresa e todo o Movimento Sindical. Censuram as declarações na imprensa escrita e falada de vários governantes que atacando a Intersindical Nacional procuram dividir os trabalhadores para melhor os explorar. Consideram ser também necessário censurar a política de desinformatização seguida pela RTP e RDP que deveriam estar ao serviço do povo e não estão.

Decidem — Protestar veementemente e exigir que o Governo respeite intransigentemente a Constituição no que concerne aos direitos e garantias dos trabalhadores. Dirigem-se também ao Presidente da República, ao Conselho da Revolução, para que obriguem o Governo a seguir uma política de esquerda ao serviço exclusivamente dos trabalhadores. Igualmente se dirigem à Comissão Constitucional agora em funções, que reveja todas as leis feitas ou a sair pelo Governo, revogando-as ou corrigindo-as de molde a fazerem respeitar a Constituição.

Aprovada por unanimidade e aclamação

Em face destas actuações, os representantes dos trabalhadores reafirmaram o princípio segundo o qual a greve é um direito fundamental dos trabalhadores, que não pode sofrer qualquer restrição de exercício, cabendo aos trabalhadores a definição do âmbito de interesse a defender, podendo esta consistir não

A luta contra qualquer forma de discriminação ou restrição aos direitos contrariados dos trabalhadores dos sectores privado, nacionalizado ou público, a criação de mecanismos legais que promovam a rapidez do processo de contratação colectiva, impedindo a recusa do patronato em negociar, e a fixação em 90 dias

Conse
Os m
socieda
trabalh
E car
veiculam
Muito
feito da
órgãos o
e espezi
A on
não sati
gurança
verdade
o retrato
Essa
Governo
benefici
Cert
pulariz
CIP, etc
a divisã
Encontro
1. A
antipogu
2. D
Tempo
zadores
3. A
coragem
pela obj
ontra c
4. E
empreg
dinheiro
cracia
5. E
Constit
(estrang
— Cont

quistas d
dicando a
e outras re
no Encont
revoação
e defende
tação cole
mento Sind

No que se
afirmado, qu
nível de vid
objectivos
Sindical, q



estação de
tusa da sua
reafirma-
greve deve
associações
de empresa
sindicais,
pores, ou por
do número
presa.

o prazo máximo de 90 dias para a conclusão do processo de regulamentação colectiva, foram algumas das exigências apresentadas por aqueles a quem a confiança dos seus camaradas conferiu mandato de representação.

Não admindo qualquer limitação do objecto e eficácia da contratação colectiva através de leis imperativas contrárias aos direitos, interesses e con-

cluação e à alta desenfreada de preços, na defesa de uma política que faça pagar mais a quem mais tem.

Impõe-se portanto a actualização do salário mínimo, o alargamento das regras sociais, o combate aos grandes intermediários parasitas, o encurtamento e nacionalização dos circuitos comerciais, a estabilização dos preços dos produtos de primeira necessidade, a aplicação de

nientes nos trabalhos exigiu a imediata revogação de toda a legislação antepagária e a não promulgação do diploma inconstitucional aprovado em Conselho de Ministros sobre despedimentos "com justa causa". Reivindicando que, nos termos da Constituição, seja assegurada a participação dos organismos dos trabalhadores, exigiram ainda ao Governo o cumprimento da Constituição, no que se refere ao direito ao trabalho.

O NEM

constituição
breve e afir-
o poder do
companias no
nidade pa-
da a consti-
do sendo aos
s sindicais
actividades

MOÇÃO

Considerando que:

Os meios de Comunicação Social são uma poderosa arma que, numa sociedade democrática a caminho do socialismo, tem que estar ao lado dos trabalhadores e não contra eles e suas organizações de classe;

E cada vez mais crescente o número de órgãos de informação que veiculam conceitos fascizantes;

Muitos dos órgãos de Comunicação Social que têm, nos últimos meses, feito da luta antepagária e antipalpar a sua linha de informação, são órgãos estabelecidos que assim dispõem o dinheiro do povo para caluniar e espezinhar esses mesmo povos;

A onda de saneamentos de profissionais progressistas da informação não satisfaz as forças reaccionárias que continuam a jogar com a insegurança de emprego, para que esse clima de terror imponha "respeito" aos verdadeiros profissionais, beneficiando os oportunistas e lacaios que são o retrato maior da impotência e da ignorância;

Essa incompetência resulta ou na descarada subserviência ao Governo, ou em ataques a esse mesmo Governo mas que apenas beneficiam a direita reaccionária;

Certos órgãos de informação, usando uma estranha forma de pluralismo, são porta-vozes do patronato e das suas associações (CAP, CIP, etc.) e que apenas veiculam a opinião daqueles que pretendem a divisão do Movimento Sindical, os trabalhadores presentes neste Encontro decidem:

1. Alertar os órgãos do poder para a campanha desestabilizadora, antipolítica e anticonstitucional dos órgãos de informação reaccionários.
2. Denunciar esses mesmos órgãos (dos quais se destacam a "Rua", "Tempo", "País", "Dia", "Jornal Novo", RTP e RDP) como desestabilizadores da situação política e ao serviço da recuperação capitalista.
3. Apoiar e estimular os órgãos de informação progressistas pela coragem das suas posições, pela independência da sua linha informativa, pela objectividade da sua informação e pelo seu papel fundamental na luta contra o obscurantismo, a exploração e o fascismo.
4. Exigir do Governo o controlo efectivo do dinheiro dos trabalhadores empregue nos órgãos de comunicação estabelecidos a fim de que esse dinheiro não seja, sadicamente, utilizado para conspirar contra a democracia e as conquistas alcançadas pelo povo trabalhador.
5. Exigir dos órgãos do poder que se cumpra o artigo 40.º da Constituição, que prevê o "direito de antena" ao Movimento Sindical (estranhamente, até hoje, não foi contactada para esse efeito a Inter sindical — Confederação Geral dos Sindicatos Portugueses).

B
cessidades
acionamento
para casos
o fimento do
activa sem
rtanto os
da presi-
escandores,
acordados
analisar os
activa e da

quistas dos trabalhadores, e reivindicando a livre negociação de salários e outras remunerações, os participantes no Encontro exigiram a imediata revogação do Decreto-lei 164-A/76 e defenderam o projecto de lei da contratação colectiva apresentado pelo Movimento Sindical aos órgãos do poder.

No que se refere à política salarial foi afirmado que a melhoria constante do nível de vida dos trabalhadores é um dos objectivos centrais do Movimento Sindical, o que implica o combate à espe-

um imposto único e progressivo de modo a limitar os rendimentos a um máximo nacional; combatendo a fraude e a evasão fiscal. Urge, em suma, assegurar o poder de compra conseguido pelas classes trabalhadoras a seguir ao 25 de Abril, e garantir o melhoramento das condições de vida das classes de mais baixos rendimentos.

A 5.ª secção tinha por finalidade a discussão das questões directamente ligadas ao direito ao trabalho e à segurança no emprego, tendo os interve-

PARTICIPAÇÃO ACTIVA DOS TRABALHADORES

Por outro lado, foi aprovada a constituição de uma comissão nacional, mandatada para efectuar contactos com os órgãos do poder e fomentar uma ampla discussão das conclusões do Encontro.

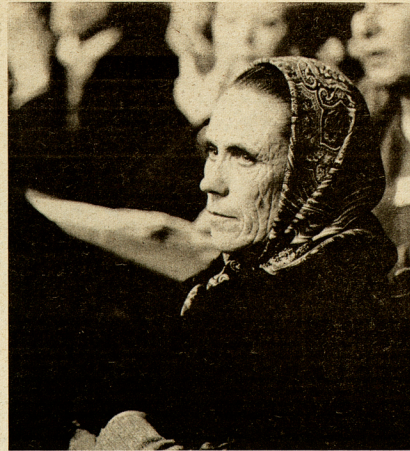
No que se refere ao horário de trabalho, a secção encarregada de debater esta questão, considerou a necessidade de serem consagradas legalmente as conquistas já alcançadas neste campo, estabelecendo-se um regime geral extensivo a todos os trabalhadores. Qualquer alteração a ser introduzida terá de contar com a acatização prévia dos trabalhadores do respectivo sector, devendo a regulamentação dos horários de laboração ser vista de acordo com as condições específicas de cada sector, contando com a participação activa dos trabalhadores, através das suas organizações, estabelecendo-se medidas de protecção aos trabalhadores-estudantes.

No capítulo da segurança social e saúde foi reafirmado o direito de todos os cidadãos à segurança social, exigida a participação dos trabalhadores em todos os órgãos de decisão e a todos os níveis, e reivindicada a instituição progressiva do pagamento dos benefícios imediatos da previdência do regime geral nas empresas, a descentar do montante total das contribuições, sob controlo dos trabalhadores.

DIREITOS E GARANTIAS

Analisando a actual situação dos trabalhadores do serviço doméstico os participantes no Encontro decidiram desencadear uma ampla campanha de solidariedade e apoio à luta das trabalhadoras do serviço doméstico e ao seu sindicato, protestando contra a situação de discriminação a que elas estão submetidas, e exigindo do Governo a imediata publicação de legislação que assegure às trabalhadoras deste sector o direito ao trabalho, à segurança no emprego, ao horário de trabalho e descanso semanal, ao justo salário, à segurança social, férias e respectivo subsídio e 13.º mês.

Os "direitos e as garantias dos



trabalhadores na Constituição" era um dos assuntos em debate no Encontro do passado sábado, e das discussões e análises realizadas partiu a exigência de um exacto e correcto cumprimento da Constituição, por parte dos órgãos do poder, que deverão — além do mais

decorrer da Sessão de Encerramento do Encontro Nacional de Delegados e Dirigentes Sindicais, e de Comissões de Trabalhadores.

A 10.ª Secção — Unidade dos trabalhadores, reforço da organização, trabalho de massa — analisando as atitudes

MOÇÃO

Considerando que o processo da Reforma Agrária diz respeito a todos os trabalhadores de Portugal, pela defesa que realiza da produção nacional e pelo combate ao desemprego nos campos;

Considerando que as forças reaccionárias procuram por todos os meios lutar a Reforma Agrária e manietar os pequenos produtores do Centro e Norte do País;

Propomos, que todos os trabalhadores organizados nos seus Sindicatos manifestem a sua solidariedade com os trabalhadores agrícolas através de tomadas de posição em documentos tornados públicos e enviados aos órgãos de poder pela divulgação dos êxitos alcançados nas zonas da Reforma Agrária e dos entraves ainda existentes.

Exigimos que o governo cumpra com o que foi estabelecido no seu Programa relativamente à legislação do trabalho rural em todo o País;

Exigimos que a lei da Reforma Agrária até agora cumprida graças ao esforço dos trabalhadores seja respeitada pelo Governo na execução de todas as expropriações previstas;

Exigimos que a Constituição da República seja respeitada pelos órgãos do Governo na concessão de créditos e recursos para a produção e no apoio real à luta pela transformação das relações de produção no campo;

Exigimos que o Governo crie condições para que exista uma estrutura de comercialização livre da especulação dos grandes intermediários;

Exigimos que sejam resolvidos os entraves alfandegários que até agora têm impedido a entrega das 500 toneladas de máquinas agrícolas oferecidas pela URSS às UCAs e Cooperativas de pequenos agricultores. As sementeiras já foram iniciadas e os 27 semeadores, 50 tractores, 28 camións, 48 charruas, 10 grades de discos, 30 reboques e 70 toneladas de sementes seleccionadas, além de todas as outras grandes máquinas que foram dadas aos trabalhadores portugueses encontram-se paradas por exigências burocráticas.

Propomos que a CAP — por ser uma organização fascista que tem como objectivo a contra-revolução e o regresso do regime terrorista dos grandes agrários — seja repudiada por todos os trabalhadores e recusada a sua actuação junto dos órgãos do Governo como se fora uma associação representativa de um sector de produção.

Vidigueira, 6/11/76

Esta moção, subscrita pela Unidade Colectiva de Produção Agro-Pecuária "25 de Janeiro", pelo Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas do Distrito de Beja e pela Cooperativa Agrícola 1.º de Maio (Gâmbia - Setúbal), foi aprovada por maioria e com somente 3 abstenções



ões de
m aos
e que,
mente
cia ou
do não
direita
das de
indus-
ério do
os de
rta aos
dicadas
nes na
teratín-
explo-
sinfon-
o povo

intran-
as dos
O Con-
tica de
nte se
das as
moide

— obrigar o patronato a cumprir o expresso nos preceitos constitucionais.

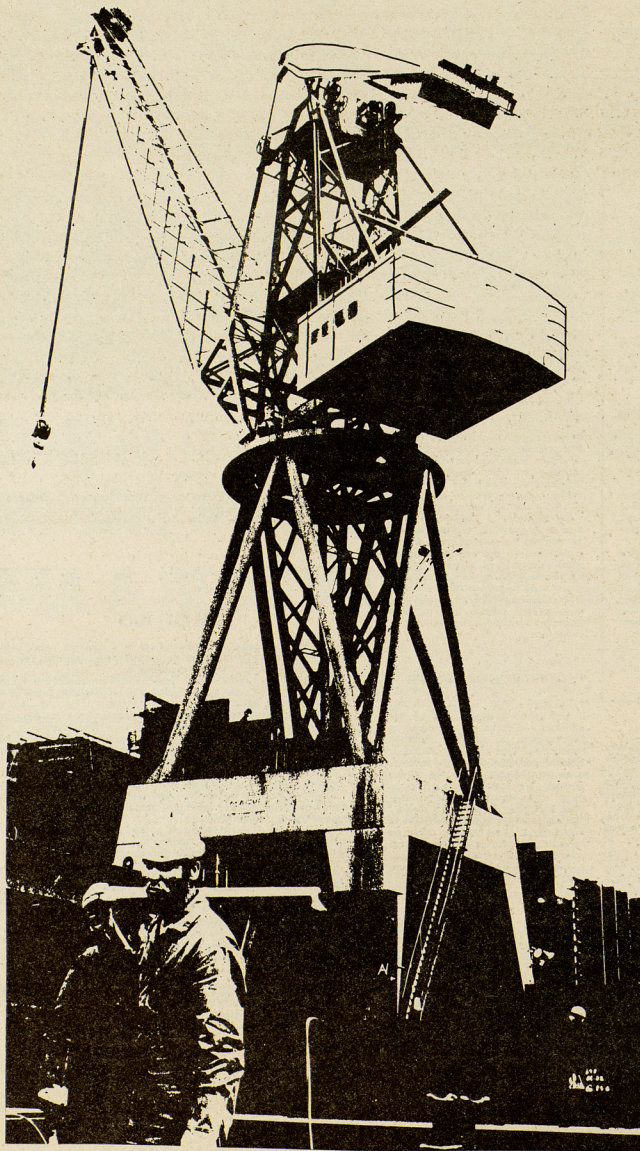
Exigindo a participação efectiva na elaboração da legislação do trabalho, os participantes no Encontro mostraram-se dispostos a não permitir qualquer interferência do patronato nesta matéria, e manifestaram a sua disposição em prover e dinamizar o debate acerca dos principais direitos consagrados na Constituição.

"O Governo tem demonstrado enorme incapacidade para contrariar e travar efectivamente as tentativas de recuperação capitalista da economia." — afirmou-se no

governamentais, afirmaria mesmo que o Governo tem cedido à pressão das forças que procuram encontrar fórmulas de reactivação da vida económica fora do contexto constitucional.

Apelando para a participação, mobilização e acção unitária dos trabalhadores, as conclusões desta secção apontam as grandes tarefas que se impõem às classes trabalhadoras:

- O reforço da sua unidade
- O reforço da sua organização
- Um amplo trabalho de massas



-PÁGINAS DO CONGRESSO- - (N.º 3)
UMA INICIATIVA DO ALAVANCA
COM VISTA A UMA AMPLA DIVULGAÇÃO
E AFIXAÇÃO
EM TODOS OS LOCAIS DE TRABALHO

EM UNIDADE

A UNIÃO FAZ A FORÇA constituiu, desde sempre, a regra de ouro do movimento sindical. A unidade é tão importante para nós, trabalhadores, quanto o é para os nossos inimigos de classe — os capitalistas.

A CAP, a CIP e as outras organizações patronais, não deixam transparecer vestígios de desunião entre os seus membros. Unidos em torno dos seus interesses de classe, tendo um acordo perfeito sobre quem é o seu inimigo principal — as organizações dos trabalhadores — os capitalistas superam facilmente pequenas diferenciações ideológicas, vagas questões religiosas, divergências preferenciais por este ou aquele clã, esta ou aquela terminologia política.

Estarão os capitalistas unanimemente de acordo com todas as declarações dos Casqueiros ou dos Melos? Que importa, se elas visarem o enfraquecimento e a destruição das organizações dos trabalhadores, e conduzirem ao restabelecimento das condições que permitem reconverter cada gota de suor e cada milímetro de músculo dos homens e das mulheres (e das crianças também!) deste País, em ascendentes contas bancárias!

O que todos eles sabem é que, para poderem continuar a exploração dos trabalhadores, têm de se manter unidos. Unidos para além fronteiras, unidos para além convicções pessoais, unidos para além de todos os códigos de moral ou de honra.

Eles sabem que são, em cada país, minorias definitivamente desmascaradas e que as leis da história jogam contra eles. Mas, porque estão solidamente unidos, são ainda muito fortes.

O velho sonho dos impérios, que no passado dispôs de legiões de escravos, não desistiu nem do império nem dos escravos. O novo imperialismo — o imperialismo dos monopólios — sofisticou os seus processos de dominação e de repressão: compra, corrompe, perverte, divide. Quando necessário e possível, ataca, destrói, arrasa. Do napalme às histórias de quadradinhos nenhuma arma é desprezada.

Logo que um povo se ergue para repor a moralidade e a justiça nas suas relações sociais, logo aí aparecem: a droga, a pornografia, as histórias de super-homens fazendo apelo aos valores individuais, as camisolas americanas, os profetas, os iluminados, as novas cruzadas, os movimentos separatistas, o feminismo e o homossexualismo organizados em movimentos de libertação, e as arrogantes esquadras nas águas costeiras para "manobras de rotina". O dinheiro do imperialismo corre em rios de "ajuda desinteressada" e, pelo caminho, compra homens, organizações, partidos, governos.



constituiu, desde
movimento sindical.
nate para nós,
nossos inimigos

As organizações
são vestígios de
nós. Unidos em
masse, tendo um
o seu inimigo
os trabalhadores
mente pequenas
tagas questões
ciais por este ou
nologia política.

anamente de
dos Casqueiros
se elas visarem
destruição das
e conduzirem ao
s que permitem
cada milímetro de
mulheres (e das
em ascendentes

e, para poderem
lhadores, têm de
além fronteiras,
essoais, unidos
de moral ou de

da país, minorias
e que as leis da
s, porque estão
muito fortes.

que no passado
não desistiu nem
avos. O novo
dos monopólios
s de dominação
ompe, perverte,
possível, ataca,
às histórias de
desprezada.

que para repor
relações sociais,
pornografia, as
endo apelo aos
s americanas, os
as cruzadas, os
o feminismo
ganizados em
as arrogantes
para "manobras
ialismo corre em
e, pelo caminho,
ções, partidos,

Entre nós já não é preciso citar o Chile,
o Brasil, o Haiti... Em frente dos nossos olhos está,
claramente exposto, o esquema da estratégia e da
tática do imperialismo. O ataque é frontal
e perfeitamente concertado. A unidade dos
inimigos das classes trabalhadoras não tem
brechas. Na CAP e na CIP não há "cartas abertas"
e os seus dirigentes não se criticam publicamente.

Porém, nós, os trabalhadores, que temos muito
menos tempo de experiências históricas de
gestão dos nossos reais interesses, e não temos
contas nos bancos da Suíça, nem jornais, nem
televisões, nem o hábito nem o gosto do
terrorismo, da agressão e do suborno, que não
abdicamos da nossa lisura e da nossa moralidade
de processos, alguma coisa temos a aprender
com os nossos inimigos. E essa "coisa"
é a Unidade.

Que a unidade e a perfeita consciência de
classe que têm os capitalistas, nos dê a convicção
profunda de que só organizados como classe,
com a perfeita consciência da nossa condição de
explorados e de quem nos explora, poderemos
construir a unidade sem falhas, sem a qual não
poderemos vencer a unidade dos nossos
inimigos.

Que as divergências que entre nós existem não
tenham qualquer efeito sobre o que de
convergente nos define como uma classe de
explorados. Essa convergência deve ser a nossa
unidade e a nossa força, porque das nossas
divergências tiram os que nos exploram a força
e a unidade para nos continuar a explorar.

Por isso podemos afirmar, que todos quantos
pretendem dividir-nos estão, consciente ou
inconscientemente, ao serviço dos nossos
inimigos. Todos quantos levam para fora das
nossas organizações, as divergências de pontos
de vista que nos separam em relação a questões
secundárias, estão a fazer o jogo dos nossos
inimigos. Todos quantos desprezam as
possibilidades de diálogo no seio do movimento
sindical, além de estarem a fazer o jogo dos
nossos inimigos, são declaradamente
antidemocráticos porque rejeitam o princípio
fundamental da democracia, que é o das minorias
se sujeitarem às maiorias. Todos quantos,
empolando divergências superáveis, fazem crer
que há cisões graves entre os trabalhadores
portugueses, são eles próprios nossos inimigos.
Todos quantos, em vez de se juntarem ao
Movimento Sindical para o fortalecer, tentam criar
estruturas paralelas, são nossos declarados
inimigos, atraíam a sua classe, põem em causa
o futuro dos nossos filhos, e não merecem o nome
de *trabalhadores*.

Porque o nosso futuro e o futuro dos nossos
filhos está indissolúvelmente ligado ao futuro da
democracia em Portugal. E a democracia só será
possível se os trabalhadores estiverem unidos
e organizados.



UNIDADE VENCEREMOS!



II CONFERÊNCIA SINDICAL INTERNACIONAL
DE SOLIDARIEDADE COM OS TRABALHADORES
E O POVO DA PALESTINA

DO CONFLITO DO MÉDIO ORIENTE

"A 2.ª Conferência Sindical Internacional de Solidariedade com os Trabalhadores e o Povo da Palestina, que se realizou em Karl-Marx-Stadt, de 25 a 27 de Outubro de 1976 e, na qual, participaram representantes de 70 organizações sindicais, internacionais, nacionais e regionais, assim como, observadores de numerosas organizações democráticas internacionais, lançam um vibrante apelo, aos trabalhadores de todo o mundo e às suas organizações sindicais, para que exprimam mais eficazmente, a sua solidariedade para com a justa luta dos trabalhadores e do povo da Palestina, para o reconhecimento do seu legítimo direito de reconquistarem a sua pátria, determinarem eles próprios, o seu próprio futuro e criar um estado democrático e independente"

—extracto da resolução aprovada no decorrer da referida Conferência.

Uma delegação do Departamento Internacional da Intersindical Nacional, composta por Orlando Laranjeiro e José Manuel Carinhas, participou, também nos trabalhos desta 2.ª Conferência Sindical Internacional de Solidariedade com os Trabalhadores e o Povo da Palestina.

Na mesma resolução lê-se ainda: "Nestes últimos anos, a opinião pública mundial tomou consciência de que era impossível falar de uma solução justa e aceitável no Médio Oriente sem reconhecer os seus direitos. Mas, os imperialistas, Israel e as forças árabes reacionárias, esforçam-se por conseguir uma solução para o conflito do Médio Oriente que iluda o problema maior, a causa palestina. Estes meios recelam a criação de um Estado palestino democrático na região, que trará, como resultado, o reforço do movimento de libertação árabe e será um duro golpe na influência dos imperialistas e dos monopólios internacionais".

APOIO TOTAL AO POVO PALESTINIANO

Após referência à guerra do Líbano e à resistência palestina, a Conferência dirigiu-se a todos os trabalhadores do mundo, no sentido de: confirmar a OLP como a única e legítima representante do povo palestino; confirmar o direito do

povo palestino de regressar à sua pátria, decidir, ele próprio, a sua sorte e criar um estado palestino democrático e independente; emprender, uma vasta campanha de denúncia e condenação da política de discriminação racial, praticada pelos meios sionistas contra os cidadãos árabes na Palestina e nos territórios árabes ocupados, de acordo com a resolução adoptada pela Assembleia Geral da ONU, que

O IMPERIALISMO E A SUA POLÍTICA DE "PONTOS QUENTES"

considera o sionismo uma das formas de discriminação racial; apoiar a oposição crescente que as massas trabalhadoras árabes e judias manifestam contra esta política; reivindicar a libertação dos presos palestinos nas prisões de ocupação israelita e a cessação das perseguições, de deportação, de destruição de casas e da confiscação das terras árabes; conceder apoio material aos trabalhadores e ao povo da Palestina que vivem em condições difíceis, privados das necessidades elementares de sobrevivência; organizar colóquios e semanas de informação para a solidariedade com os trabalhadores e o povo da Palestina; traduzir e publicar as brochuras e os documentos que expliquem a causa palestina e aproveitar comemorações nacionais e operárias para dar a conhecer a causa palestina; reagir energeticamente contra os planos imperialistas que se propõem consagrar a ocupação colonialista dos territórios árabes.

Finalmente a Conferência preconizou a "organização de uma campanha, a nível mundial de solidariedade" e a união de todas as forças progressistas e amantes da paz e do progresso no mundo, não só para eliminar "um dos focos de conflito mais perigosos no nosso planeta", mas também para a "retirada total das tropas israelitas dos territórios árabes ocupados em 1967 e o reconhecimento total dos direitos nacionais e legítimos do povo árabe da Palestina a fundar o seu próprio Estado democrático e independente, condição sine qua non, para uma paz justa e duradoura no Médio-Oriente".

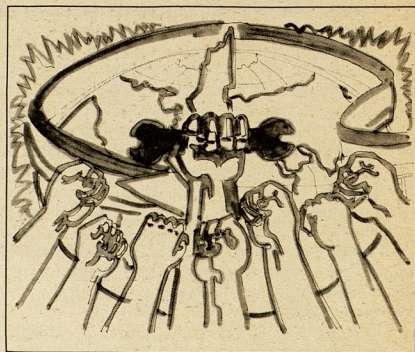
No decorrer da Conferência, a delegação da Intersindical, na sua intervenção, afirmou: "a análise da

situação mundial no momento actual leva-nos a concluir que o imperialismo e o capitalismo internacional, face ao avanço irreversível de todas as forças progressistas mundiais, tentam desenvolver uma política de "pontos quentes" nas diversas regiões do globo com vista a quebrar a unidade na frente anti-imperialista e assim, mais facilmente, desenvolver a sua política retrógrada e da mais feroz



exploração. A política do imperialismo e dos seus agentes internacionais é bem flagrante no Médio Oriente, região dominada, no passado, por várias formas de colonialismo e onde, presentemente, se tenta perpetuar a dominação através da ocupação de territórios livres, através do empolamento de certas contradições internas, através da divisão da grande família que constitui o mundo árabe. Para nos, trabalhadores portugueses, esta táctica já não constitui novidade, na medida em que, após o início do processo revolucionário, em 25 de Abril de 1974, temos sentido na carne as consequências nefastas da ingerência do imperialismo e capitalismo internacional, aliada às campanhas de sabotagem económica, política terrorista e aos "complots" reacionários das forças internas do matiz mais retrógrado."

Após referir os esforços desenvolvidos pelos trabalhadores portugueses contra "as manobras divisionistas e pela "consolidação do processo democrático, para a defesa e aplicação da Constituição Política e para a consolidação da unidade do Movimento Sindical",



acrescentou, ainda, a propósito do problema do Médio-Oriente: "A Intersindical Nacional segue, atentamente, a evolução político-militar resultante dos acordos de Radd, esperando que da sua aplicação prática resulte uma verdadeira e duradoura paz para a nação libanesa, que permita a criação de condições, de forma a que as justas aspirações do povo palestino consigam, em conjunto com a solidariedade activa de todos os seus irmãos árabes e de todas as forças progressistas do mundo, ser, na realidade, defendidas e alcançadas".

A finalizar, acrescentou: "É com



esta convicção e irmanados na mesma luta, que finalizo, saudando em especial todo o heróico povo palestino e a sua vanguarda revolucionária — a Organização de Libertação da Palestina".

MENSAGEM A KURT WALDHEIM

Da mensagem dirigida pela Conferência a Kurt Waldheim, secretário-geral da Organização das Nações Unidas, transcrevemos alguns passos: "Nós sabemos, senhor secretário-geral, que também o senhor, aliud, muitas vezes, à crescente e geral inquietação por que passa a comunidade internacional, face às enormes dificuldades que entravam o progresso para uma solução justa e duradoura da questão do Médio Oriente. Na realidade, no Próximo Oriente a situação deteriora-se de dia para dia, assim como nos territórios ocupados; o povo e os trabalhadores palestinos fazem face a todas as formas de discriminação, de bárbara opressão, de repressão, de exploração, de

aprisionamento, de tortura, da dinamitação das suas casas, de deportação massiva e de massacres. Para levar a bom termo o seu genocídio, os falangistas fascistas libaneses beneficiam do apoio militar político e material dos seus aliados israelitas. Na sua luta heróica, sob a égide da libertação nacional, progresso social, e de paz, o movimento progressista libanês e a resistência palestina contam com a constante solidariedade internacional, face a toda a ofensiva das forças reacionárias libanesas e árabes, instrumentos preferidos das tentativas imperialistas e sionistas do Médio-Oriente (...). Estamos convencidos, tanto como a organização de Libertação da Palestina e a Federação Geral dos Sindicatos dos Trabalhadores da Palestina, que a luta palestina será coroada de sucesso apesar de todos os obstáculos. A questão é, pois, saber se este resultado será obtido por um meio organizado e concertado, ou pelo pesado preço de numerosas vidas humanas. Preferimos, assim como as Nações Unidas, chegar a uma solução pacífica e justa do problema palestino. Esta solução é, igualmente aprovada pelos países socialistas e não-alinhados e por numerosos governos democráticos. E também, apoiada por milhões de trabalhadores representados na nossa segunda Conferência Sindical Internacional de Solidariedade com os Trabalhadores e o Povo da Palestina que examina novas medidas para reactivar a solidariedade política, material e moral a favor da gloriosa luta do povo palestino, com vista a fazer triunfar uma paz duradoura e a justiça no Médio-Oriente".

DELEGAÇÃO DA FDGB EM PORTUGAL

Uma delegação oficial da FDGB — Confederação Geral dos Sindicatos Livres da RDA — encontra-se em Portugal a convite da Intersindical Nacional. A referida delegação é composta por Ana Trefzer, vice-presidente da FDGB; Gerard Kretschmar, director-adjunto do Departamento Internacional e, ainda, um intérprete.

A delegação demorar-se-á em Portugal até ao próximo dia 14.



RESUMO HISTÓRICO

DO MOVIMENTO OPERÁRIO PORTUGUÊS (2)

DA 2ª GUERRA MUNDIAL À CRIAÇÃO DA INTERSINDICAL

Por toda a Europa o fascismo campeava: Mussolini na Itália, Hitler na Alemanha; pouco depois em Portugal e Espanha, na Hungria, na Bulgária, na Polónia... Excepcionalmente a França, onde a Frente Popular tinha triunfado.

Era necessário refazer a frente unitária dos trabalhadores, a frente popular das forças democráticas contra o fascismo. Nesse sentido, os democratas e antifascistas portugueses refugiados em Espanha, procuraram criar a frente popular. Nessa altura, o Partido Comunista fez uma tentativa para refazer a unidade, propondo o renascimento da CGT com os dirigentes que dela ainda restavam, o que já não foi possível dadas as condições impostas pela CGT.

A CGT acaba por desaparecer da cena sindical. Entretanto, durante todo esse período que vai de 1933 a 1941, os trabalhadores portugueses estão na defensiva, embora tenham desencadeado muitas lutas, organizado muitas greves, tenham tentado, mesmo, opor-se à implantação do fascismo. A verdade é que, com o desmantelamento das suas organizações sindicais, com o triunfo da reacção em várias partes do mundo, os trabalhadores estão na defensiva para sobreviver, para não perderem todas as conquistas que tinham obtido durante o período da República.

Para a elaboração duma resenha histórica do movimento sindical português do período que vai de 1942 até à constituição da Intersindical em 1970, convirá fazer uma breve síntese da evolução político-económica de tão dilatado período (cerca de três décadas). A síntese dessa evolução baseia-se no plano nacional uma importante fase de consolidação dos monopólios e latifúndios, até aos alvares da crise aguda do regime.

No plano internacional registam-se acontecimentos decisivos para a Humanidade, como o derrota do fascismo na II Guerra Mundial, a expansão do sistema socialista no mundo, a derrocada dos impérios coloniais, o movimento de libertação dos povos da África e Ásia, a política de «guerra fria» e novas agressões do imperialismo (Coreia, Indonésia, S. Domingos, Congo, Brasil, Cuba, etc.).

A caracterização dos aspectos mais salientes da exploração capitalista, sob o regime de Salazar, é útil para a compreensão da luta travada no campo sindical. O regime salazar é o tipo militar de 1926 é dominado pelos grandes capitalistas e agrários, e o seu processo de desenvolvimento apresenta características originais. No início da ditadura existiam monopólios e latifúndios, mas não existiam grandes grupos monopolistas, e os grandes industriais e o capital financeiro ainda não dominavam a economia.

O desenvolvimento industrial era dificultado pelo fraco nível de acumulação de capitais. O colonialismo português por um lado e as posições do capital estrangeiro, por outro lado, originavam influências contraditórias que prejudicavam a acumulação e o desenvolvimento económico do País.

A política do governo fascista (comandada pela grande burguesia, impôs coercivamente, e com a intervenção directa do Estado, o processo de formação, centralização e concentração de capitais, num ritmo acima das leis económicas dos sistemas de livre concorrência. Formação e acumulação de capitais, numa economia próxima do subdesenvolvimento, significou o agravamento deliberado da exploração da classe operária, e das massas populares, através de salários de miséria e da intensificação do trabalho.

A repressão violenta, a tentativa de liquidação das organizações democráticas e a demagogia corporativa, visavam abater a resistência organizada dos trabalhadores a esta política. A centralização de capitais, significou também a ruína e falência de milhares de pequenas e médias empresas e propriedades rurais. A intervenção directa do Estado ao grande capital, intensificou-se a partir da II Guerra Mundial, originando formas de capitalismo monopolista de Estado.

Na agricultura, o processo de desenvolvimento do capitalismo (emparelhamento, reconversão agrícola, campanha de trigo, política de elevados preços para a indústria e baixos para os produtos agrícolas e política de crédito, etc.), assenta, fundamentalmente, na

liquidação e ruína da pequena exploração independente, com o consequente aumento do proletariado rural.

A INTERVENÇÃO COERCIVA DO ESTADO

Depois da II Guerra Mundial estão criadas as condições materiais para lançar uma base orgânica (construção de barragens) e para impirir novo ritmo ao processo de industrialização.

Fixam-se as normas do condicionamento e da reorganização industrial, criam-se as Agências económicas anónimas, investem-se os fundos da Previdência, e o Estado entra numa nova rede de participações e comparticipações.

É intensificada a exploração dos povos coloniais (matérias-primas baratas) e, na política fiscal, as isenções e impostos aos monopólios acarretam o agravamento dos impostos à população.

A penetração das multinacionais provoca a rapina dos recursos nacionais (indústria da celulose, por exemplo) e a exploração da mão-de-obra a baixo preço, acompanhado da transferência dos lucros para os países de origem.

A intervenção coerciva do Estado provocou o desenvolvimento das relações de produção mais rápido que o desenvolvimento das forças produtivas, tendo como resultado um complexo conjunto de distorções e contradições.

Com o desencadear das guerras coloniais, na década de 60, e o seu elevado custo material e humano as contradições agudizam-se. Acelerou-se a emigração rareando a mão-de-obra, mas a subida de salários é anulada pelo aumento de preços e dos impostos, aparecendo a inflação que luta aumentar constantemente.

O desenvolvimento capitalista, sob o fascismo, conduziu as seguintes distorções na economia: industrialização incipiente e fraca produtividade; baixa captação de rendimento nacional; fraco grau de mecanização e baixíssimas produções, por hectare, na agricultura; inflação acelerada; forte dependência em relação aos mercados capitalistas; incapacidade da produção nacional para satisfazer as necessidades do consumo, apesar de o mercado interno estar muito limitado pelos baixos dos salários.

No plano social geram-se os polos: da opulência, do luxo extravagante, para uma minoria de privilegiados; e das carências e da miséria, para a maioria da população. É dentro deste contexto económico-político que o proletariado português trava a luta sindical. A luta económica e a luta política estão sempre relacionadas, e durante o período que vamos tratar também assim acontece.

AS LUTAS SINDICAIS

No plano da luta sindical podem referenciar-se, neste período de 1942 a 1970, diversas fases do ascenso da luta de massas: corresponde aproximadamente aos períodos de

1942/49; 1952/54 e a partir de 1968. Sem que isto corresponda a uma armadura, analisaremos um pouco as características principais daquelas fases de luta bem como outros acontecimentos igualmente importantes.

No início da década de 40, quer a CGT, quer a Comissão Intersindical, estão praticamente dissolvidas. Todavia, depois de um período de refluxo, a classe operária lança-se organizadamente em grandes lutas reivindicativas que culminam nas greves de Outubro-Novembro de 1942 e Julho-Agosto de 1943. Lançam-se na luta os assalariados rurais do Alentejo e Ribatejo, diversos sectores operários (minas de volfrâmio, lanifícios, etc., na Serra da Estrela, Lisboa, Porto, Vale do Douro, etc.).

O agravamento das condições de vida e a escassez de géneros de primeira necessidade, (racionamento, senhas, bichas, etc.) como consequência da guerra — os géneros eram vendidos aos



alemães — provocaram protestos generalizados, traduzidos nas greves, marchas de fome, saqueios a armazéns, etc.

Com excepção do Sindicato da Covilhã, normalmente estas greves decorrem à margem dos sindicatos e são organizadas com base em comissões unitárias que representam todos os trabalhadores da empresa. Estas comissões unitárias nasm a tradição unitária do movimento sindical e são a característica principal nas lutas dos anos seguintes.

As lutas dos anos 1942 e 1943 marcam, de certo modo, o início de uma viragem para o trabalho dentro dos Sindicatos Corporativos, que vai proporcionar importantes vitórias nas eleições sindicais de 1945 e 1948.

Com efeito, muitos trabalhadores tinham repugnância em trabalhar nos sindicatos corporativos porque conheciam o controlo que o governo exercia sobre eles. O descrédito dos sindicatos tinha obrigado o regime a estabelecer a quotização obrigatória

para que a maior parte deles pudesse funcionar.

Progressivamente o proletariado português modifica a sua estratégia e os resultados traduzem-se em importantes vitórias. Assim, nas eleições sindicais de 1945, apesar da sabotagem e das falsificações praticadas dentro dos sindicatos pelos lacaios do regime, os trabalhadores conseguem fazer eleger directores da sua confiança em cerca de 50 sindicatos.

O patronato também manobrou e pressionou para falsificar estas eleições, quer ameaçando e despedindo os trabalhadores que se candidatavam, quer promovendo listas com trabalhadores comprometidos, mas um amplo trabalho de massas, desenvolvido em torno de listas e programas unitários, impôs uma derrota ao regime fascista.

Nos anos seguintes, até 1949, as lutas por melhores condições de trabalho e de vida continuam. Realizam-se assembleias e concentrações para exigir novos contratos colectivos, melhoramento das regalias sociais, refeitórios e cantinas, assistência médica.

As mulheres lutam por melhores salários (trabalho igual, salário igual), trabalho menos duro, etc.

Também em torno das eleições de 1945 se realizam acções de massas dentro dos sindicatos, obrigando as direcções a convocar assembleias.

Entre muitas outras lutas reivindicativas, assinalam-se em 1944 os

Existiam, por esta época, cerca de 300 sindicatos, que no final da década representavam (sócios e contribuintes) 6 000 000 trabalhadores aproximadamente, o que conferia à organização sindical um carácter de organização de massas.

O governo reage perante esta potente ofensiva e intervém abertamente nos sindicatos. Para evitar novas derrotas suspendeu a realização de eleições sindicais no ano de 1946, e publicou legislação regulamentando, com grandes entraves, o processo eleitoral.

Por outro lado, retardava a entrada em funções das direcções eleitas e, a propósito da greve da Covilhã, regulamentou o exercício dos órgãos de direcção sindical em termos de os poder suspender e nomear comissões administrativas.

A LUTA À ESCALA MUNDIAL

A evolução da guerra mundial altera a correlação de forças a nível internacional e esta situação tem reflexos na política nacional. Na guerra estão derrotados também os regimes ditatoriais da Alemanha, Itália, Japão, etc.

Começa a ficar claro que o nazi-fascismo vai perder a guerra, o que leva o regime de Salazar a fazer mudanças. O regime deixa de chamar-se Ditadura Nacional e passa a chamar-se Estado Novo. Camarões dissolve a Assembleia Nacional e são anunciadas eleições. Em Novembro de 1944, o subsecretário das Corporações também anuncia eleições, pela primeira vez, nos sindicatos corporativos. Salazar pinta a fachada para melhor conservar o edifício, mas a luta política continua a intensificar-se.

A aliança, à escala mundial, das potências capitalistas com a União Soviética contra as potências fascistas, facilita a unidade interna dos democratas contra a ditadura de Salazar. Internamente preparam-se as condições para englobar num amplo movimento de unidade nacional todas as forças antifascistas: socialistas, comunistas, liberais, republicanos, etc.

Surgem, neste período, até às eleições de 1949 com a candidatura de Norton de Matos, diversos organismos unitários: MUDF (Movimento de Unidade Antifascista), MUD (Movimento de Unidade Democrática), MUD Juvenil, etc.

O movimento sindical internacional também trava importantes lutas. Na sequência de diversos acordos e com a participação activa do Comité Sindical Francês, realiza-se em Fevereiro de 1945, em Londres, uma Conferência Internacional que lança as bases de uma central sindical mundial. O proletariado internacional tira duas lições da sua divisão, que facilitou o desencadear de duas guerras mundiais e o ascensão de regimes fascistas na Europa.

A Conferência de Londres (ainda durante a guerra) prepara a convocação de uma segunda Conferência Sindical Mundial, que será realizada em Paris, em Outubro do mesmo ano, e onde é constituída a Federação Sindical Mundial.

A capitação das potências fascistas em 1945, é seguida da formação de diversos regimes socialistas em países de Europa Oriental, que tinham estado subjugados pelas potências nazis.

(Continua)

«OS TRABALHADORES CUMPRIRAM A LEI QUE O GOVERNO TAMBÉM A CUMPRAM»

Iniciamos na semana passada a publicação, na íntegra, das Conclusões obtidas na Conferência da Reforma Agrária, realizada nos dias 30 e 31, do mês transacto, na cidade de Évora.

Deste grande encontro unitário, referimo-nos à solidariedade para com a Reforma Agrária, aos grandes êxitos alcançados no campo da produção e do combate ao desemprego, à questão das desanexações, das indemnizações, do pagamento de taxas e impostos, e, ainda, a problemas de organização das Unidades Colectivas de Produção e formação de quadros.

Terminamos, neste número, a publicação das Conclusões referentes a outros temas de vital importância para a prossecução de uma das maiores conquistas dos trabalhadores de Portugal, após 25 de Abril, a Reforma Agrária.

O aumento da produção e condição para criar maior número de postos de trabalho, garantir trabalho permanente, assegurar condições de estabilidade económica às UCP e aumentar a produção geral de bens alimentares no País.

O planeamento da produção deverá ter em conta a necessidade de ordenamento das culturas, segundo a aptidão dos solos, utilizando toda a área com capacidade agrícola e fazendo o povoamento das áreas com aptidão florestal.

As rotações deverão ser equilibradas e capazes de garantir um saldo positivo de elementos nutritivos (azoto, fósforo, potássio e outros) no solo, através de introdução de culturas melhoradoras (leguminosas), alternância correcta das culturas na rotação de forma a que as condições do solo venham progressivamente a melhorar; introdução de forragens cultivadas em novas áreas (terras de encosta) a fim de melhorar e recuperar os solos.

Aumento do efectivo pecuário e racionalização do manejo do gado, como forma correcta de aproveitamento da massa forrageira disponível e de produção de matéria orgânica (estrumes) a incorporar no solo.

Aumento de construções para instalações de gado, construções tanto quanto possível de baixo custo.

Aumento da área regada, através da construção de barragens, aberturas de furos, etc., fazendo a adaptação ao regadio, a fim de possibilitar a introdução de culturas altamente rentáveis, o aumento de gado leiteiro e uma maior absorção da força de trabalho.

Definição e execução correcta das actividades produtivas, nomeadamente, as fertilizações com base na análise da terra, as operações de preparação do terreno, de forma a impedir a sua degradação e a garantir níveis de produção tão elevados quanto possível, bem como a utilização de sementes seleccionadas.

Constituição de parques de máquinas em cada UCP e Cooperativas e de parques de máquinas pesadas que sirvam conjuntamente, várias UCP e Cooperativas, garantindo sempre apoio técnico às máquinas. Entretanto, deverá reforçar-se a solidariedade entre as UCP, através da cedência de máquinas, de modo a aumentar o número de barragens e outros.

A introdução de novas culturas não deverá criar situações de concorrência, que possam prejudicar a economia dos Pequenos e Médios Agricultores.

As UCP e Cooperativas deverão promover a realização de cursos práticos para trabalhadores, de produção vegetal, de gestão e contabilidade de pecuária, de máquinas, de conservação de forragens, etc. e, até a deslocação a países estrangeiros amigos, a fim de se formarem quadros técnicos saídos dos próprios trabalhadores, devendo o Governo apoiar estas iniciativas.

As UCP e Cooperativas deverão chamar para o seu lado técnicos da sua confiança, em tempo inteiro e que, juntamente com os trabalhadores,

possam elaborar os planos de exploração e acompanhar, diariamente, a sua execução.

As UCP e Cooperativas, de acordo com a sua capacidade técnica, deverão ser capazes de assumir a responsabilidade no apoio à Reforma Agrária, quer financeiramente, quer colocando técnicos competentes e de confiança dos trabalhadores nos serviços técnicos oficiais.

LEI DA REFORMA AGRÁRIA

Os trabalhadores cumpriram a Lei — que o Governo e os outros órgãos do poder, também a cumpram.

Neste sentido, é necessário rejeitar genericamente a alteração da lei de 50 000 pontos, isto é, combater as intenções da GAP.

A Lei da Reforma Agrária deverá ser aplicada a todo o território nacional, expropriando-se os latifúndios (com mais de 50 000 pontos), onde quer que existam e entregando a terra aos Trabalhadores Rurais e Pequenos e Médios Agricultores.

A terra de latifúndio a expropriar será entregue a quem a trabalha (Trabalhadores e Pequenos e Médios Agricultores), que organizarão a exploração da terra, de acordo com a sua vontade.

As expropriações incluem as construções (montes, lagares, adegas, armazéns, celeiros, etc.) e mesmo que tenham matriz urbana. As casas não podem ser restituídas aos agrários enquanto os trabalhadores precisarem delas.

A terra ocupada e ainda não expropriada deverá ser, imediatamente, expropriada.

Os latifúndios não ocupados, aos quais se aplica a Lei da Reforma Agrária, deverão ser expropriados pela seguinte ordem de prioridades: quando haja reclamação de expropriação de trabalhadores rurais e pequenos e médios agricultores; quando haja desemprego; e quando haja necessidade de ordenamento económico-social.

A pontuação não deve corresponder ao que está nas Finanças, mas sim, corresponder ao que está na terra, pois as matrizes estão muito desactualizadas.

Ponha-se fim imediato ao abandono das terras que estão na mão dos agrários como, por exemplo, a herdade de Aivados, no concelho de Odemira e tantas outras.

Ponha-se fim à sabotagem que os agrários estão a fazer nas herdades que vão ser expropriadas como, por exemplo, no distrito de Santarém (corte de florestas em meia criação, destruição dos arames das vinhas, lançar trabalhadores no desemprego, vender o mosto aos grandes armazéns para futura especulação, etc.).

As reservas só poderão ser atribuídas depois de todos os latifúndios estarem expropriados.

DIREITO DE RESERVA

A definição e aplicação do «direito de

reserva» deverá ser feita sempre com a participação dos trabalhadores e dos pequenos e médios agricultores das UCP e Cooperativas e das suas verdadeiras organizações de classe, e não têm que ser dentro das terras ocupadas pelas Cooperativas.

Devemos lutar para que as «reservas» sejam atribuídas aos agrários que vão explorar directamente a terra, e que não tenham outros rendimentos.

A aplicação do «direito de reserva» deverá ser feita com prejuízo da viabilidade das Unidades Colectivas e Cooperativas.

O direito de reserva não deverá ser concedido a agrários que tinham terras incultas ou subaproveitadas ou fizeram sabotagem económica-social; a agrários

Emergência que foram empregues em investimentos devem ser transferidas para médio e longo prazo.

Formação dum Banco para a agricultura ou Banco de Crédito Agrícola, como organismo especializado na concessão de crédito agrícola, ao serviço das Unidades Colectivas de Produção e dos Pequenos e Médios Agricultores.

Os pagamentos dos produtos (cereais, gados, etc) têm que ser feitos, pelos organismos oficiais, na altura da entrega desses produtos.

Muitas vezes os produtos têm que ficar nos armazéns das próprias unidades colectivas porque o Estado não tem capacidade para os recolher; então, o Governo paga os produtos, devendo-os armazenar nas cooperativas, ou paga às cooperativas um juro correspondente a esse tempo de armazenagem.

CONTABILIDADE E GESTÃO: UMA QUESTÃO CENTRAL

A Contabilidade e gestão das UCP/Cooperativas Agrícolas é, hoje, uma

Emergência que foram empregues em investimentos devem ser transferidas para médio e longo prazo.

Formação dum Banco para a agricultura ou Banco de Crédito Agrícola, como organismo especializado na concessão de crédito agrícola, ao serviço das Unidades Colectivas de Produção e dos Pequenos e Médios Agricultores.

Os pagamentos dos produtos (cereais, gados, etc) têm que ser feitos, pelos organismos oficiais, na altura da entrega desses produtos.

Muitas vezes os produtos têm que ficar nos armazéns das próprias unidades colectivas porque o Estado não tem capacidade para os recolher; então, o Governo paga os produtos, devendo-os armazenar nas cooperativas, ou paga às cooperativas um juro correspondente a esse tempo de armazenagem.

CONTABILIDADE E GESTÃO: UMA QUESTÃO CENTRAL

A Contabilidade e gestão das UCP/Cooperativas Agrícolas é, hoje, uma

Denunciam-se as tentativas de ingerência e controlo na vida das Cooperativas, através da contabilidade, que têm sido praticadas por parte de Centros Regionais da Reforma Agrária.

Na actual situação, deverão ser, preferencialmente, os trabalhadores, ou seus filhos, a fazerem a contabilidade das UCP/Cooperativas Agrícolas.

Para que tal seja possível, torna-se necessária a formação de quadros tecnicamente habilitados, oriundos do proletariado rural através de: criação, pelo Estado, de cursos de gestão, contabilidade e concessão de bolsas de estudo aos filhos dos trabalhadores; realização de cursos rápidos de formação profissional básica, organizados pelos próprios trabalhadores, sindicatos unidos ou outras organizações de trabalhadores. Para apoio aos quadros das próprias UCP/Cooperativas Agrícolas devem-se contratar técnicos especializados em contabilidade e gestão da confiança dos trabalhadores a funcionar junto de UCP, grupos de UCP, que se unam para o efeito, ou unidos de cooperativas; criar junto dos sindicatos e das Unidades Cooperativas brigadas de contabilidades constituídas por voluntários com preparação adequada e interessados em



Aspecto parcial do plenário de Évora, durante o qual se procedeu à leitura das Conclusões da Conferência da Reforma Agrária, que o nosso jornal publicou na íntegra.

que não explorem directamente a terra; a agrários que não cumpriram os prazos previstos na Lei para os pedidos de reserva.

CRÉDITO AGRÍCOLA

O Crédito Agrícola de Emergência deve ter um juro mais baixo, acessível às possibilidades das Unidades Colectivas de Produção.

As parcelas do Crédito Agrícola de

das questões mais importantes da organização interna das Cooperativas e de cuja solução depende a consolidação das UCP.

A contabilidade e os demais serviços de escritório devem ser consideradas tarefas iguais às outras e como tal, respeitadas e apoiadas por todos os trabalhadores.

As UCP/Cooperativas Agrícolas devem estar vigilantes perante a infiltração de pessoas estranhas nos serviços de escritório, que não mereçam a confiança dos trabalhadores.

dar a sua colaboração à Reforma Agrária. Para que se desenvolva e aprofunde a formação de quadros contabilísticos e gestores deve-se estudar a criação de um Centro de Apoio e Aperfeiçoamento Profissional para a contabilidade e gestão.

Os resultados positivos apurados no fim do exercício devem ser aplicados na formação de quadros contabilísticos e gestores deve-se estudar a criação de um Centro de Apoio e Aperfeiçoamento Profissional para a contabilidade e gestão.

Os resultados positivos apurados no fim do exercício devem ser aplicados no desenvolvimento da produção, na solidariedade entre cooperativas e na melhoria das condições sociais e de vida colectiva dos trabalhadores, de acordo com os estatutos.

As UCP
das princip
investim
respectiv
indivístio
e decisão

As cor
Agrícolas
periódica
para cons
assemble
possam co

COM

As Coo
contactos
pequenos
elas form
exigim
a criação
compre
agrícolas
antes das
discutido
Unidades
e Médios
de ser p
Estes
vender
produção
máquinas
etc.

Os trab
a formaç
coordenaç
a nível
sem anual
colectiva
agricultor
vender as

Deve m
e realísti
intermedi
formas de
reforçar,
pequenos
e Centro d
todos os
da vend
o organiza
trabalhado

Deve m
unidades
e médios
ao fran
embalage
produções
e para n
mercados.

Os tra
colectivas
com os pe
na consoli
de comerc
transferido
ex-griémios

Deve se
indústrias
escoamento
agrícolas e

Todas as
inscrever
Agrária (e
e desenv
armazéns,
consumo,
trabalhado

A CFA
unidades c

LEI
A»

intativas de
a vida das
contabilidade,
por parte de
na Agrária.
everão ser,
lhadores, ou
abilidade das
s.
vel, torna-se
de quadros
orundos do
criação pelo
e gestão,
de bolsas de
abalhadores;
de formação
zados pelos
catos, unidos
abalhadores
s próprias
devem-se
nialistas em
ontância dos
no de UCP.
um para
contatos com
ativas; criar
das Unções
ntabilidades
tários com
ressados em

ma Agrária
uma Agrária
aprofundo
nialísticos
a criação
eicimento
tabilidade

ados no fim
nalicados no
tuição, na
ativas e na
de acordo



As UCP/Cooperativas Agrícolas antes das principais sementeiras e dos grandes investimentos, devem elaborar os respectivos planos de produção ou investimento, para análise, debate e decisão colectiva.

As contas das UCP/Cooperativas Agrícolas devem ser apresentados periodicamente a todos os trabalhadores, para conhecimento e discussão em assembleia, de forma a que todos as possam compreender claramente.

COMERCIALIZAÇÃO

As Cooperativas devem estabelecer contactos com as organizações de pequenos e médios agricultores e com elas formar comissões de, em conjunto, exigirem do Governo, a curto prazo, a criação de organismos públicos que comprem as principais produções agrícolas. Os preços têm de ser fixados antes das sementeiras e previamente discutidos com representantes das Unidades Colectivas e dos Pequenos e Médios Agricultores. O pagamento tem de ser a prazo.

Estes organismos devem, também, vender os principais factores de produção, nomeadamente adubos, máquinas, rações, sementes, plantas, etc..

Os trabalhadores devem estudar a formação de secretariats para coordenação dos preços, possivelmente a nível concelho ou distrital que, semanalmente, indiquem às unidades colectivas e pequenos e médios agricultores os preços por que devem vender as suas produções.

Devemos lutar, organizada e realisticamente, contra os grandes intermediários especuladores, criar as formas de comercialização que permitam reforçar, na prática, a aliança com os pequenos e médios agricultores do Norte e Centro do país e a solidariedade com todos os trabalhadores da cidade através da venda a cantinas e outras organizações de consumo dos trabalhadores.

Devemos criar, a nível concelho, unções cooperativas com base nas unidades colectivas e nos pequenos e médios agricultores, para procederem ao transporte, armazenagem, embalagem e comercialização das produções e dos factores de produção, e para melhor abastecimento dos mercados.

Os trabalhadores das unidades colectivas devem participar, juntamente com os pequenos e médios agricultores, na constituição de cooperativas agrícolas de comercialização, para as quais sejam transferidos o património e as funções dos ex-grémios.

Deve ser estudada a implantação de indústrias que garantam o melhor escoamento e valorização das produções agrícolas e pecuárias.

Todas as unidades colectivas se devem inscrever na Cooperativa Reforma Agrária (CRA), para manutenção e desenvolvimento de um ou mais armazéns, nos grandes centros de consumo, para venda a organizações de trabalhadores e retalhistas.

A CRA deverá continuar a dar às unidades colectivas, unções cooperativas

e órgãos de coordenação dos preços, as informações sobre os mercados, sua evolução e tendência, e deverá estudar as possíveis indústrias a desenvolver pelas unidades colectivas.

Devem ser consolidadas as cooperativas de consumo criadas nas vilas e aldeias, nos últimos dois anos, por iniciativa dos trabalhadores.

Os trabalhadores das unidades colectivas opõem-se terminantemente à política de comercialização da sua cortia através dos Centros de Reforma Agrária. A cortia pertence aos trabalhadores, podendo, por isso, as unidades colectivas dispor dela livremente.

Pelo Instituto dos Cereais devem ser assegurados o fornecimento rápido de toda a semente de trigo e outros cereais necessários para as sementeiras deste ano, eliminando as deficiências que estão a verificar-se.



Deve ser fixado, imediatamente, o preço de trigo, cevada e aveia referentes à colheita de 1976 e a que, agora, vai ser semeada. Não se admite que o governo reciba os cereais, antes de fixar os preços.

Os trabalhadores reclamam contra o aumento do preço dos adubos e a redução do desconto legal de que beneficiam as cooperativas e os pequenos e médios agricultores. Isso foi feito sem prévia discussão com a organização representativa dos trabalhadores interessados.

SALÁRIOS E REGALIAS SOCIAIS

A ocupação dos latifúndios e a criação das UCP constituem as condições fundamentais para garantir aos trabalhadores agrícolas trabalho permanente e melhor pago.

O nível dos salários dentro das UCP deve, sempre, ter em conta o equilíbrio económico das UCP e a necessidade de consolidar e avançar na Reforma Agrária. O nível de salários não deve ultrapassar as possibilidades das UCP. Se não for assim, as UCP vão à falência, o que significa o regresso ao desemprego, a fome, à repressão e ao fascismo.

Os salários nas UCP devem ser fixados com a colaboração dos Sindicatos dos Trabalhadores Agrícolas, mediante um profundo estudo e ampla consulta aos trabalhadores, tendo sempre em conta as reais possibilidades económicas.

Deve ser estimulada a produtividade através de formas adequadas e do combate às tendências igualitaristas.

Ao mesmo tempo, devem criar-se formas de estímulos morais à produção, isto é, formas de reconhecimento público e colectivo aos trabalhadores que mais se tenham distinguido no esforço para aumentar a produção e a produtividade.

Enquanto não forem assegurados a participação efectiva dos trabalhadores na gestão dos fundos da Previdência e o apoio organizado do Estado à produção agrícola, as UCP devem, apenas, descontar os 6,5% do salário para a Previdência, devendo os 17% ser reitados nas UCP, para criação de um fundo de apoio social aos trabalhadores.

A todos os trabalhadores agrícolas deve ser assegurada, pela Previdência, uma reforma que lhes permita subsistir, dignamente, na incapacidade por doença ou velhice, independentemente do tempo de desconto para a Previdência.

Os serviços de assistência médica, hospitalar e medicamentosa da Previdência, devem ser dotados das instalações e dos médicos, enfermeiros e outros profissionais necessários à rápida, eficiente e cuidadosa assistência, aos doentes beneficiários.

Os Sindicatos Agrícolas devem desenvolver esforços no sentido de manter a Unidade perfeita, entre todos os trabalhadores agrícolas assalariados, os que trabalham nas Unidades Colectivas de Produção e os que estão, ainda, ao serviço dos agrários e outras entidades privadas, procurando que não haja diferenças entre os respectivos salários e outras regalias sociais, com vista ao avanço da Reforma Agrária e à conclusão das expropriações de todos os latifúndios.

EM TORNO DA REFORMA AGRÁRIA

UMA ORGANIZAÇÃO FASCISTA E CONTRA-REVOLUCIONÁRIA

Ainda na Conferência da Reforma Agrária, os trabalhadores das UCP all presentes aprovaram uma moção na qual exigiam que "os órgãos constitucionais do Poder - Conselho da Revolução, Assembleia da República e Governo - tomem as medidas necessárias para declarar a CAP ilegal e decretar a sua extinção".

Para justificar esta tomada de posição (como se isso fosse necessário) apresentaram a CAP como uma organização fascista e contra-revolucionária, criada pelos latifundiários, que usa da violência e terrorismo fascista, que é chantageista em relação ao Governo e que se tem, progressivamente, isolado dos pequenos e médios agricultores, rendeiros e seareiros, procurando, ainda, criar a divisão no seio destes, mercê de exigências irrealistas e demagógicas para os preços agrícolas.

Quanto a nós, pensamos que estes "encómios" são, todavia, pequenos para caracterizar a dita CAP: mas mais do que suficientes para se exigir a sua legalização e extinção.

LEVAR A TEORIA À PRÁTICA

Também nesse grande encontro unitário, do proletariado agrícola do Sul, dos verdadeiros obreiros da Reforma Agrária, foi aprovada uma outra moção, na qual, muito particularmente, os trabalhadores representados na Conferência "saúdam e manifestam a sua solidariedade aos rendeiros que hoje lutam pela aplicação da Lei do Arrendamento Rural e exigem do Governo e outros órgãos do Poder que façam cumprir a lei".

Do decorrer da Conferência um camarada da Liga dos Pequenos e Médios Agricultores de Vila Nova de Gaia e elemento do MARIN, formulou um pedido de solidariedade para os trabalhadores assalariados agrícolas do Norte do País. Desde logo, o espírito solidário e a consciência de classe se manifestaram: a União das Cooperativas Agrícolas de Avis, do distrito de Portalegre, decidiu oferecer 200 contos aos camaradas do Norte.

Demagogia é palavra que não existe no dicionário prático das classes trabalhadoras. Por isso, também temos a certeza que este auxilio não vai ficar por aqui, pese embora nas consciências daqueles que tudo prometem e nada dão.

MINISTRO LOPES CARDOSO DIMITI-SE

Lopes Cardoso, ministro da Agricultura e Pescas do 1.º Governo Constitucional e militante do Partido Socialista demitiu-se.

Não o fez, naturalmente, e conforme palavras suas, "por pressões da CAP". Fé-lo, isso sim, por imperativos de consciência, por dever de coerência militante.

"Deixei o Governo", afirmou o ex-ministro - com a certeza de ter dado o melhor do meu esforço na defesa dos trabalhadores", defesa que irá prosseguir na Assembleia da República "como deputado que saberá respeitar, até ao fim, o mandato que recebeu dos seus eleitores".

Solidarizaram-se com Lopes Cardoso e com as razões por ele invocadas, o responsável pela Secretaria de Estado da Estruturação Agrária, Castro Guerra e o secretário de Estado do Fomento Agrário, Vital Rodrigues.

Dirigentes sindicais manifestaram-se destovavelmente, face à demissão de Lopes Cardoso. Não deixaram de salientar, contudo, que os trabalhadores estão firmemente unidos e determinados a defender o avanço e consolidação de uma grande conquista da Revolução portuguesa: a Reforma Agrária.

OUTRA FESTA DA SOLIDARIEDADE

No passado dia 1, em Montemor-o-Novo realizou-se uma grande festa de conpaternização e solidariedade. Confrontação de todos os trabalhadores que ali se reuniram para assistir e festejar à distribuição de muitas toneladas de máquinas e alfaias agrícolas que o povo sovietico ofereceu solidariamente aos seus irmãos trabalhadores de Portugal.

As diversas e modernas máquinas e alfaias foram distribuídas a várias Cooperativas e UCPs dos cinco distritos do Sul (Beja, Évora, Portalegre, Santarém e Setúbal), ainda, por Cooperativas de Pequenos e Médios Agricultores de Castelo Branco, Porto, Faro, Lisboa, Coimbra e Açores.

JIMMY CARTER: UM REI DO AMENDOIM

O povo americano foi às urnas. Não foram todos: 43 % ficaram em casa, não participaram. Objectivo: eleger um Presidente.

Assim que durante os próximos quatro anos, a partir de 20 de Janeiro, o futuro da política dos USA, esteja confiada às mãos do grande latifundiário, multimilionário, Jimmy Carter. Ele é, para além de Presidente, o produtor n.º 1 de amendoim dos Estados Unidos da América do Norte.

Jimmy Carter é oriundo do Estado da Geórgia, no Sul, onde o racismo, contra os negros, mais se fez sentir. Os negros, classe trabalhadora e explorada, também votaram em Jimmy Carter, também trabalham nas suas plantações de amendoim. Irá Jimmy Carter, desde a Casa Branca, contemplar e promover a defesa dos negros, nos "states"?

4 NOTAS NA SEMANA

COMO? QUANDO?

Durante a semana passada, bem se pode dizer que a vida política portuguesa foi dominada pelas sequelas do Congresso do Partido Socialista: a demissão do ministro Lopes Cardoso e as medidas aparentemente "duras" com que o Secretário-Geral Mário Soares "disciplinou" alguns aspectos da vida interna no seu partido.

Ao conjunto dos trabalhadores portugueses, e particularmente aos que empenharam trabalho e esperanças na Reforma Agrária, a partida de Lopes Cardoso surge como bem mais importante que a vida interna do PS. Do seu sucessor, António Barreto, o menos que se pode dizer é que poderá ser mais sensível às pressões da Direita que sonham com um Ministério da Agricultura e Pescas que tente a liquidação da Reforma Agrária, numa acção que seria inconstitucional e criminosa, pois levaria, de facto, este País à beira de fundos abismos.

Entretanto Manuel Alegre, porta-voz do Governo, garante que a Reforma Agrária continua. Mas, como perguntou Lopes Cardoso: Como? Quando?

CARTER: UM PODER MAIS TOTAL?

Nas eleições norte-americanas, Carter venceu Ford. Do ponto de vista das opções ideológicas, o facto não significa absolutamente nada: com um ou outro, é sabido que as forças vitoriosas seriam os grandes grupos financeiros americanos, o capitalismo mais compacto, o antifascismo mais feroz. Por isso, nos domínios da política internacional, nem mesmo o diabo saberia escolher: qualquer dos candidatos será, sem dúvida, capaz de fazer repetir um novo Chile, um novo Vietnam, um novo Líbano, se isso for julgado conveniente para os interesses do imperialismo lanque. E, se é certo que Kissinger vai deixar o Departamento de Estado, nada garante que o seu sucessor seja menos "Kissinger" — isto é: tenha mais escrúpulos.

Do ponto de vista interno, porém, convém notar que a subida de Carter ao poder pode corresponder a um reforço do autoritarismo, a medidas "sutis" para levar ainda mais longe a despolitização do povo americano num momento em que a resistência negra parece ter enfraquecido e em que a inexistência de uma guerra com participação das forças US desmobilizou as campanhas antigueras. Isto significaria que os norte-americanos que se mantêm conscientes se veriam ainda mais isolados, e que a capitalismo desencadearia uma espécie de "guerra preventiva" contra o eventual crescimento da Esquerda americana.

40 ANOS DEPOIS

O 40.º aniversário da criação do sinistro campo do Tarrafal decorreu com quase todos os pides em liberdade e quando já nem sequer se fala do seu julgamento. Dir-se-ia que o processo está encerrado: quem torturou, torturou, e não se fala mais nisso.

Entretanto, um semanário recordou a efeméride e lembrou que o ex-inspector Seixas, então ali em "serviço", costumava dizer:

— Quem vem para aqui, vem para morrer ou para enlouquecer". O Seixas, que chegou a estar detido depois de 25 de Abril, está mais velho que então, é claro (teve tempo para envelhecer comodamente, enquanto praticava novos crimes), mas continua vivo e impune. E, se calhar, se um dia alguém se lembrar dele, é para vir dizer que adoeceu, coitado...

O que será, sem dúvida, um bom estimulante para os Seixas do futuro com que a Direita sonha.

QUEM COMANDA NA ALEMANHA

Também na Alemanha Federal, como se sabe, uma esponja de "generosidade" se passa sobre os crimes dos nazis e dos seus cúmplices mais directos. A tal ponto que o piloto preferido de Hitler foi o motivo da demissão de dois oficiais no activo e da mais alta patente, que publicamente defenderam a presença do ex-nazi hitleriano, actual militante do neofascismo, numa reunião de militares.

Por aqui se advinha quais são os pendores ideológicos dos homens que estão hoje à frente do novo exército germânico. E, de como eles encaram a política de desanuviamento e os esforços para erradicar do mundo os perigos de uma nova guerra e a presença da besta fascista.

«O MUNDO DA CANÇÃO»

Acaba de sair o n.º 46 desta revista, que se tem dedicado, com entusiasmo, à defesa do «mundo da canção». Na capa do citado número traz a fotografia de Carlos Puebla, conhecido e popular cantor cubano, de quem se publica, igualmente, uma entrevista, nas páginas interiores.

Entre outros assuntos incluídos neste «Mundo da Canção», uma nota sobre o «Festival da música popular

latino-americana»; um artigo analisando a génese do Fado e o modo como foi utilizado; uma entrevista com José Cid; letras e canções portuguesas e estrangeiras; crítica de discos; e a habitual secção «Poesia-70».

Sabemos que o próximo número desta revista trará, além de uma entrevista com Daniel Vigielti, uma nota sobre a «Festa do Avante!».

A FLOR



Pede-se a uma criança: Desenhe uma flor! Dá-se-lhe papel e lápis. A criança vai sentar-se no outro canto da sala onde não há mais ninguém.

Passado algum tempo o papel está cheio de linhas. Umhas numa direcção, outras noutras; umas mais carregadas, outras

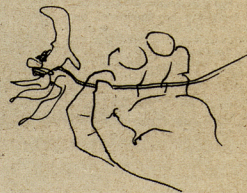
mais leves; umas mais fáceis, outras mais custosas. A criança quis tanta força em certas linhas que o papel quase não resistiu.

Outras eram tão delicadas que apenas o peso do lápis já era demais.

Depois a criança vem mostrar essas linhas às pessoas: uma flor!

As pessoas não acham parecidas estas linhas com as de uma flor!

Contudo, a palavra flor andou por dentro da criança, da cabeça para o coração e do coração para a cabeça, à procura das linhas com que se faz uma flor, e a criança pôs no papel algumas dessas linhas, ou todas. Talvez as tivesse posto fora dos seus lugares, mas são aquelas as linhas com que Deus faz uma flor!



POEMA DE ALMADA NEGREIROS

cinema

RECEITA PARA FAZER UM HERÓI

Tome-se um homem, Feito de nada, como nós, E em tamanho natural. Embeba-se-lhe a carne, Lentamente, Duma certeza aguda, irracional, Intensa como o ódio ou como a fome. Depois, perto do fim, Agite-se um pendão E toque-se um clarim.

Serve-se morto

REINALDO FERREIRA

NÃO DEIXE DE VER...

OS MALDITOS (Quarteto — sala 2)

Uma reposição que não deve perder, pois trata-se de um dos mais brilhantes filmes de Visconti, em que o nazismo é o tema principal.

PERFUME DE MULHER (Apolo 70)

Um filme de Dino Risì, que foge à sua linha de humor habitual. Trata-se de uma história impressionante, admiravelmente interpretada por Vittorio Gassman.

O PROCESSO DIMITROV (Estúdio)

Insistimos: não deixe de ver. A história de um processo que

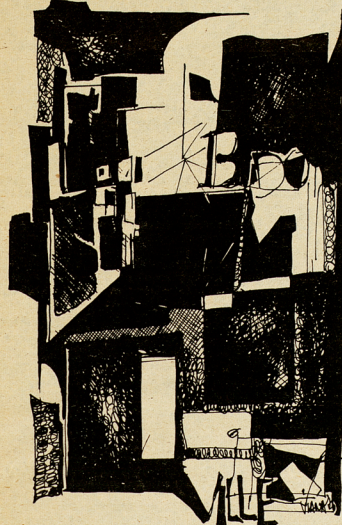
ficou célebre e que constitui mais uma prova de que o anti-comunismo é sempre a principal arma que a reacção utiliza.

UM DIA DE CÃO (Caleidos-cópia)

Aconselhamos mais vez este filme, que consegue manter o interesse do espectador do princípio ao fim pela forma extraordinária como o autor soube contar um «fait divers», transformando-o num retrato vivo de uma certa América.

Transportado pelos Caminhos de Ferro Portugueses





Quando Delfim da Costa entrou, a sessão estava no auge. O arquiteto Anacleto fazia a sua conferência subordinada ao tema dos bairros-da-lata, ou bairro-das-minhocas, mas o termo adotado para aquele congresso era o de Bidonville. A opção por este termo

O CALOR DO VERÃO...

É Verão, na fábrica há o calor do verão e há o calor da fábrica. Quando é à tarde o ar é mole, dum moleza de água morna, vem cheio de barulho das máquinas, cheio do calor dos corpos suados, do calor dos máquinas aquecidos e dos ferros em brasa.

A queimada dos ferros nas mãos transmite-se ao resto do corpo, transmite-se ao riso e às conversas e o nosso riso é um riso suado e as nossas conversas feitas de palavras e gestos transformados pelo calor.

De vez em quando vamos à porta, sabe-nos bem a frescura da brisa, olhamos o verde das árvores, a sombra das casas e dentro de nós sentimos-nos aliviar: o ar da rua, o céu azul, o espaço largo até perder de vista é para nós como bebemos um copo de água. É bom sentirmos a frescura do vento na testa suada.

Um troçar de reinação ouve-se na oficina, ouve-se o estrondo dum caixa metálica que tomba, não lhe agarramos bem e com tanto cuidado que tinha sido feita, não lhe podemos fazer sequer uma beliscadura. Há também um cano que tem de ficar pronto, está a água fechada e temo-nos que desembaraçar...

O tempo passa, a nós confundimo-nos uns com os outros. Não sabemos dizer palavras bonitas, esquisitas como dizem os doutores, mas nós com toda a nossa modestia, nas nossas conversas como lhes pomos tanta coisa.

É assim, nós somos assim. Chegam às 5 horas da tarde, tomamos o nosso ducho e é até ao outro dia, camaradas.

JOÃO VULTOS SEQUEIRA

devia-se à presença de observadores estrangeiros.

— Meus senhores, chegou o momento em que devo entrar a fundo no âmago da questão. Tem-se falado muito de urbanismo mas pouco se tem dito de concreto e de prático, sobretudo. Têm sido tendenciosamente julgadas em contrário as vantagens dos Bidonvilles, essa grande maravilha da arquitectura popular, da arquitectura empírica, como agora se diz. Nas escolas da especialidade negligenciam-se, não menos tendenciosamente, as vantagens paliáveis que oferecem esses aglomerados populacionais populares. Não sei se já repararam na semelhança entre as estruturas urbanísticas desses casebres, com as sábias planificações das cidades medievais. Pois bem, é esse o futuro desta minha comunicação. Nos Bidonvilles há uma lógica de distribuição habitacional. Por exemplo: o problema da monotonia que tanto preocupa os urbanistas modernos e cuja solução nas grandes cidades actuais, metrópoles e megalópoles, tem sido precária, encontra-se patente, nos Bidonvilles. Não sei se já repararam... Se tomarmos uma grande cidade, como Nova Iorque ou Tóquio, não iremos mais longe, verifica-se que os urbanistas tiveram de recorrer aos desníveis, pontes, túneis e outros recursos análogos. Ora nos Bidonvilles nunca foram necessárias soluções desse género. Faça-me entender?

Um movimento de aprovação perpassou pela assistência. O arquitecto Anacleto sentiu que estava a agradar. Grande lição aquela, a esses observadores cheios de pretensões. E continuou:

— Quanto ao tráfego, nem é preciso falar. Está resolvido por natureza. E o calor humano? Que é feito dele nas grandes cidades? Aqui não. Nos Bidonvilles o calor é de rachar. É tão intenso que às vezes até se abata... A grande dificuldade é arranjar material para se prosseguir na expansão dos Bidonvilles. A sucata, matéria-prima da construção desses admiráveis aglomerados

SOBRE AS VANTAGENS DOS «BIDONVILLES»...

MANUEL DE LIMA uma das figuras mais curiosas e controversas da vida literária portuguesa, acaba de desaparecer e com ele desaparece também um pouco de uma época, uma certa forma de estar no mundo, lúcida e inteligente, discreta mas contundente.

Escritor polémico e sarcástico, os seus livros atingiam por vezes um clima quase alucinante (que aliás o fascinava). O primeiro romance que publicou, *Um Homem de Barbas*, em 1944, foi prefaciado por Almada Negreiros e ilustrado por Bernardo Marques. Deixou a seguir *Malaquias* ou a *História de um Homem Barbaramente Agraciado*, *O Clube dos Antropólogos* e *A Pata do Passaro*. Desenhou uma *Nova Paisagem*, de que hoje publicamos um capítulo, em que está bem patente o seu estilo mordaz e a sua fascinante imaginação (Editorial Estampa).

populacionais, a sucata, essa preciosa matéria-prima insubstituível, nem sempre se encontra com abundância. Sei que dispomos do recurso da velha madeira dos caixotes desprezados, mas tem, a meu ver, um grande inconveniente: o de ser material excessivamente combustível. Se durante o inverno, e quanto mais rigoroso melhor, a madeira se conserva sempre húmida, no Verão há que contar com o problema dos incêndios, quando a madeira está ressequida e facilmente inflamável. Não é, portanto, de aconselhar a madeira. O ideal são as latas de petróleo abandonadas. De resto, consegue-se um estilo mais moderno, menos barroco do que com a madeira; enfim, mais de acordo com a nossa época. Consegue-se um estilo arquitectónico revolucionário sem, contudo, se perderem as afinidades com o urbanismo medieval, portanto, mais dentro do espírito da vida económica e social da estrutura interna do Bidonville.

Entre a assistência, na ala dos observadores estrangeiros, houve um sussuro poliglota com muitos "Yes, of course", "Oui, mais oui", "Ya, natürlich", "Ya, lo creo", sinal de plena aprovação. O arquitecto Anacleto, aproveitando aquela onda de simpatia mundial, insinuou um apelo bastante velado mas que não passou despercebido...

— Tudo isto é muito bonito, meus senhores, mas infelizmente não estamos industrializados o suficiente para possuímos a sucata de que necessitamos. Mas eu tenho esperanças em melhores dias. E dei-lhe uma piscadela de olho para a assistência. Uma salva de palmas corou a comunicação do arquitecto Anacleto, que não escondeu o seu orgulho na expressividade do olhar. Mas já o sr. Troia levantara o dedo para pedir a palavra:

— Não estou de acordo! — principiou numa voz cava. — O progresso está na verticalidade e não na horizontalidade!

Fez-se um silêncio sepulcral. E o sr. Troia continuou:

— O Bidonville, hoje, já não me interessa. Perde-se muito terreno. O Bidonville, como sabem, é sempre rasteiro. E as cidades têm de ser cada vez mais altas, por causa da desvalorização da moeda. O Bidonville carece de integração política e administrativa, digo-lhe eu! Para já, perde-se todo o espaço imenso que está por cima dos terrenos. Perde-se o ar. Nunca se chega a ter bastantes inquilinos em cada imóvel. Ora, no ar, cabem muitos inquilinos. Quantos mais melhor, por causa da desvalorização da moeda. E depois não é só isso. Num prédio com muitos andares morram muitos mais inquilinos e já isso nos dá margem para actualizarmos as rendas. É a isso que eu chamo a integração política e administrativa que toda a cidade deve ter. E só sendo muito alta é que uma cidade tem verdadeiro interesse para os senhores. O ar é um excelente empate de capital!

O arquitecto Anacleto não desistiu.

— Peço licença! — disse. — Pendo que com boa sucata, vindo da América, por exemplo, se podem construir Bidonvilles um pouco mais altos. Figue-se com esta, sr. Troia!

teatro

O QUE RECOMENDAMOS

GRUPO 4 — TEATRO ABERTO

Se ainda não viu, é indispensável que não perca O CÍRCULO DE CIZ CAUCAIANO, o mais importante espectáculo da temporada. O Grupo 4, que viu o subsídio que lhe era concedido reduzido em 40%, só poderá continuar em cena enquanto a audiência de público o permitir.

TAMBORES NA NOITE — TEATRO DO BAIRRO ALTO
Mas uma peça de Brecht em

TEMPO DE LEITURA

A NOVELA POLICIAL-DEDUTIVA EM FERNANDO PESSOA, de Fernando Luso Soares — Coleção «Extra/7» — Edições Diabril.

Integrado numa série de volumes em que ficarão reunidos vários textos de Fernando Luso Soares e que o autor intitulou «O Discurso Irregular», acaba de ser lançado este primeiro livro que inclui 2 ensaios sobre Fernando Pessoa, onde se procura fazer «a análise dos problemas que o espírito de raciocinador inventado do poeta trouxe ao domínio da sua prosa, quer no campo poético (o que ainda constitui surpresa para muita gente) quer no domínio mais amplo da especulação intelectual em geral».

Um volume que se lê com o maior interesse e que nos revela portanto uma faceta praticamente ignorada pela maioria das pessoas, da extraordinária personalidade de Fernando Pessoa, que não deixa de nos apaixonar e surpreender. Depois de um profundo trabalho de selecção e coordenação, Luso Soares chegou a conclusão de que alguns dos fragmentos encontrados «não podiam nem deviam ficar esquecidos». E é assim que tomamos conhecimento da intenção que Fernando Pessoa tinha de organizar uma série de pequenos volumes (a Série Quaresma) com histórias policiais que teriam como herói-investigador o «Dr. Quaresma».

Um livro que recomendamos vivamente.

CURSO ELEMENTAR DA ECONOMIA POLÍTICA, 2.º volume, de Lev Leontiev — Coleção «Elementos Fundamentais do Comunismo Científico» — Edições Avante.

«Neste Curso Elementar de Economia Política, expõem-se de uma maneira simples e concisa as bases económicas e sociais do capitalismo, do imperialismo, do capitalismo monopolista de Estado e do socialismo».

últimas representações. As dificuldades são as mesmas e a companhia, que pôs em cena um espectáculo de alto talento, merece o apoio do público.

A GRANDE CEGADA — (ADÓQUE) Outro espectáculo que anuncia as «últimas representações». O texto da revista é assinado por Ary dos Santos, César de Oliveira e Braga Santos e consegue um ritmo de constante diálogo com o público. A crítica política é o prato forte.

O CAOS NA PREVIDÊNCIA

DE QUEM A CULPA?

Até ao final do corrente ano, prevê-se que os trabalhadores portugueses descontem dos seus salários cerca de 34 milhões de contos para a Previdência. Apesar da importância de tal verba, Portugal regista o maior índice de mortalidade infantil da Europa, os trabalhadores reformados vêm-se obrigados a sobreviver com pensões de miséria e o chamado direito à Saúde, embora estabelecido pela Constituição, não existe na prática.

Enquanto esta situação se mantém, o patronato deve à Previdência cerca de 12 milhões de contos, sem que qualquer medida seja tomada pelo Governo. Paralelamente, diversas têm sido as dificuldades levantadas pelas entidades oficiais para evitar a efectiva participação dos trabalhadores na gestão da Previdência, conforme determina a Constituição. Daí que, apesar dos esforços dos representantes do Movimento Sindical, ainda não se conseguiu reestruturar a Previdência em termos democráticos, mantendo-se, no essencial, a estrutura fascista, devido à política do Ministério dos Assuntos Sociais.

Eis, de forma bastante sintetizada, a situação da Previdência no nosso país, quase três anos após o 25 de Abril.

UM DESPACHO CURIOSO

Entretanto, na ausência de medidas de fundo, alguns despachos têm sido publicados que pouco, ou nada, contribuem para uma efectiva reestruturação da Previdência. É o caso, por exemplo, de um des-

pacho que recentemente foi assinado pelo Secretário de Estado da Segurança Social, através do qual são regulamentados a concessão e o contrato de baixas.



Para quem muito espera... Tempos difíceis para os doentes da Previdência

Sem dúvida que o número de baixas é elevado. Só que o referido despacho limita-se a tratar das consequências, esquecendo as origens. A origem do mal, tal como já dissemos atrás, reside na deficiente forma como a Previdência se encontra estruturada. Mas debruçemo-nos, um pouco mais, sobre o tal despacho.

Não se compreende que o Secretário de Estado determine que

a concessão de baixa seja precedida de "exame clínico pormenorizado". Então, qualquer consulta médica não deve ser pormenorizada? Tal pergunta nem deve ser colocada. Simplesmente, todos nós sabemos como funciona a Acção Médico-Social das Caixas de Previdência.

O médico da Caixa, salvo raras e honrosas excepções, passam pelo Posto para "assinar o ponto". Quanto menos fizer mais caro vende o seu trabalho. Quantos menos doentes observar, mais tempos de consulta está a fomentar, mais procura está a criar. Finalmente, quando pior for a qualidade da consulta prestada, maior será a corrida à consulta particular.

A QUEM INTERESSA A "BAIXA"?

Por outro lado, a situação de baixa agrada não só ao beneficiário, por comodidade ou desemprego, como ao médico que, tendo que "ver" doze doentes terá à vida facilitada: bastará "dar dias". Assim se arranjam as consultas de meia hora e se conseguem os desdobramentos de consulta.

Para além de tudo quanto temos vindo a dizer, situações existem que, provavelmente, o Secretário de Estado dos Assuntos Sociais ignora (!). Consta, por exemplo, que lá para o Norte e nas ilhas, existem médicos lavradores que conseguem mão-de-obra mais barata à custa dos trabalhadores com baixa. Por outro lado, médicos há que, em perfeito conluio com a reacção, colaboram na derrocada económica

PELA REESTRUTURAÇÃO DA PREVIDÊNCIA

- Os trabalhadores deverão participar em todos os órgãos de decisão e a todos os níveis (controlo, gestão, e coordenação).
- Separação dos serviços médico-sociais da Previdência e integração no Serviço Nacional de Saúde universal, geral e gratuito, a gerir com a participação dos trabalhadores e das populações. Financiamento prioritário pelo Estado.
- Integração na Segurança Social da cobertura dos riscos de acidentes de trabalho e doenças profissionais, extensiva, gradualmente, a todos os trabalhadores.
- Criação do Instituto de Higiene e Segurança no Trabalho, integrado na Segurança Social.
- Lutar pelo pagamento das dívidas do patronato à Previdência.
- Acabar com os atrasos no pagamento dos benefícios.
- Salvaguarda do direito ao trabalho dos actuais trabalhadores da Previdência.
- Política social (Segurança Social e Saúde) do Governo, definida só após consulta ao Movimento Sindical.

das Caixas, concedendo baixas por tudo e por nada.

Em dado passo do despacho que temos vindo a analisar diz-se que "podem ser criadas juntas médicas móveis, a nível distrital, sempre que o volume de baixas o justifique".

Quer dizer: enquanto existem vilas que apenas são visitadas pelo médico uma ou duas vezes por semana, simultaneamente desviam-se médicos para fiscalizar o trabalho dos outros. Acontece que esta disposição já se pratica em algumas Caixas desde há muito. Por conseguinte, seria bom que se procedesse a um balanço, isto é, se o preço de toda essa máquina é compensado com o número de altas dadas.

Diz-se ainda, em dado passo, que "os gestores das empresas poderão por sua própria iniciativa solicitar a realização de juntas médicas para observação dos empregados que se encontram com baixa". Neste caso há que alertar os trabalhadores para o perigo que esta medida pode representar, sobretudo para aqueles cujos médicos são simultaneamente médicos da Caixa, médicos de trabalho e, por vezes, interessados na empresa.

E OS TRABALHADORES?

Finalmente, o referido despacho determina que as Caixas de

Previdência deverão assegurar uma adequada fiscalização domiciliária dos beneficiários na situação de baixa, se necessário, e possível, em articulação com os gestores, comissões de trabalhadores, etc.

É curioso, sem dúvida, que só neste caso sejam lembrados os trabalhadores.

Quando os trabalhadores, com a concordância dos seus camaradas trabalhadores da Previdência, quiseram assumir a gestão democrática dos Postos Clínicos, a Secretaria de Estado dos Assuntos Sociais opôs-se a tal decisão. Paralelamente, a mesma Secretaria de Estado tratou de dissolver a Comissão Executiva e o Conselho Coordenador das Caixas de Previdência, cujos elementos eram, na sua maioria, representantes dos trabalhadores.

Muito há a fazer, sem dúvida, e os trabalhadores estão dispostos a todos os sacrifícios. Desde que, naturalmente, os frutos desses mesmos sacrifícios revertam em favor dos próprios trabalhadores.

Não se compreende, pois, a publicação de um despacho que apenas estabelece sanções para os beneficiários. Porque não, também, para os médicos?

Serão os trabalhadores os culpados do estado caótico em que se encontra a Previdência?

Rovilha

